

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS – UNIS/MG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
JOICE ZENTNER DE BRITO



RESSOCIALIZAÇÃO E DIGNIDADE: Proposta de uma Associação de Assistência e
Proteção ao Condenado (APAC) na cidade de Varginha

Varginha-MG
Nov./2017

JOICE ZENTNER DE BRITO

**RESSOCIALIZAÇÃO E DIGNIDADE: Proposta de uma Associação de Assistência
e Proteção ao Condenado (APAC) na cidade de Varginha**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura
e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de
Minas – UNIS, como pré-requisito para obtenção
do grau de Bacharel pela Banca Examinadora
composta pelos membros:

Aprovada em 06/12/2017

Prof^o. Ms. Wesley da Silva Medeiros (Orientador)

Prof^o. Dr. Ms. Luciana Bracarense Coimbra Veloso

Prof^o. Eduardo Augusto Campus

JOICE ZENTNER DE BRITO

RESSOCIALIZAÇÃO E DIGNIDADE: Proposta de uma Associação de Assistência e Proteção ao Condenado (APAC) na cidade de Varginha

Trabalho apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sul de Minas como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Wesley Medeiros.

Varginha-MG
Nov./2017

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização em relação ao Centro de Varginha	11
Figura 2- Localização do presídio dentro do bairro	12
Figura 3- Modelo panóptico	20
Figura 4- Carandiru	21
Figura 5- Penitenciária Masculina de Cerqueira César	22
Figura 6- Presídio de Jequié	23
Figura 7- Presídio de Manaus	23
Figura 8- Presídio de Varginha	24
Figura 9- Condições dos presídios no Sul de Minas	25
Figura 10- Implantação Geral	30
Figura 11- Praça e galpão	30
Figura 12- Áreas de convivências	31
Figura 13- Áreas de convivências	31
Figura 14- Implantação Colônia Agrícola	32
Figura 15- Setores	33
Figura 16- Módulos de vivência coletivos	33
Figura 17- Os módulos de ensino e oficinas	34
Figura 18- Ala de psicologia e saúde	34
Figura 19- Módulos de celas individuais e área íntima	35
Figura 20- Módulos de serviços	35
Figura 21- Administração e módulo de guarda externa	35
Figura 22- (a) Ventilação cruzada (b) Ventilação em dois níveis	37
Figura 23- (a) Sheds (b) Lanternins	37
Figura 24- (a) Camas paralelas a ventilação (b) Camas perpendiculares a ventilação	38
Figura 25- (a) Sistema em rede (b) Sistema individual	38
Figura 26- (a) Centro de Ressocialização de Ariquemes (b) presídio de Pedrinhas	39
Figura 27- Mobiliário	40
Figura 28- Base cartográfica	41
Figura 29- Localização de Varginha	42
Figura 30- Bairro Padre Vitor em relação ao Centro de Varginha	43
Figura 31- População homem/mulher	43
Figura 32- Uso e ocupação do solo	44
Figura 33- Porcentagem de ocupação	44
Figura 34- Equipamentos públicos	45
Figura 35- UPA	46
Figura 36- escola Estadual São Sebastião	46
Figura 37- Quartel da Polícia Militar	47
Figura 38- Atual cadeia pública de Varginha	47
Figura 39- Estádio de futebol Dilzon Melo	47
Figura 40- Sistema Viário	48
Figura 41- Circulação de pedestres	49
Figura 42- Linha de ônibus	50
Figura 43- Área presídio	51
Figura 44- Localização terreno	52
Figura 45- Corte esquemático	52
Figura 46- Trajetória do sol	53
Figura 47- Volumes	63
Figura 48- Partido	63
Figura 49- Partido	64

Figura 50- Partido.....	64
Figura 51- Partido.....	65
Figura 52- Partido prédio central.....	65
Figura 53- Partido prédio celas.....	66
Figura 54- Setores.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Capacidade dos Estabelecimentos Penais	55
Tabela 2- Recuos mínimos	56
Tabela 3- Síntese de Programa de Necessidades Geral por Estabelecimento Penal	57
Tabela 4- regime fechado	60
Tabela 5- regime semiaberto.	61
Tabela 6- administração.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Artigos utilizados	14
Quadro 2- Impactos ambientais, sociais e econômicos	51
Quadro 3- Conceituação dos elementos	53
Quadro 4- recomendações para trabalhar o partido arquitetônico.....	55
Quadro 5- Setores.	58
Quadro 6- setor externo	58
Quadro 7- setor intermediário.....	58
Quadro 8- setor interno.....	59

“Todo preso é um preso político.” Campanha 30 Dias
por Rafael Braga

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Tema	09
1.2 Contexto da pesquisa.....	10
1.3 Objeto de estudo	11
1.4 Problema da pesquisa.....	12
1.5 Justificativa	12
1.6 Objetivos.....	13
1.7 Procedimentos metodológicos.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 Arquitetura contemporânea	16
2.2 Presídios e punitivismo.....	18
2.3 O Panóptismo e a sociedade disciplinar	19
2.4 Tipologias arquitetônicas do sistema penal brasileiro	21
2.5 O sistema carcerário brasileiro e a cidade de Varginha	24
2.6 Associação de Assistência e Proteção ao Condenado (APAC)	25
2.7 O espaço prisional e a cidade.....	26
2.8 O espaço construído e a influencia nas dinâmicas sociais	27
3 REFERENCIAIS PROJETUAIS.....	29
3.1 Centro de reintegração social em Santa Luzia, MG	29
3.1.1 Ficha Técnica.....	29
3.1.2 Projeto.....	29
3.1.3 Análise projetual.....	32
3.2 Colônia Agrícola	32
3.2.1 Projeto.....	32
3.2.2 Análise projetual.....	36
3.3 Estratégias projetuais.....	36
3.3.1 Conforto ambiental	36
3.3.2 Teoria das cores	39
3.3.3 Sistema estrutural	39
3.3.4 Mobiliário	40
4 DIAGNÓSTICO DA ÁREA	41
4.1 Base cartográfica	41
4.2 Aspectos sociais, ambientais e econômicos	41
4.3 Uso e ocupação do solo	43
4.4 Entorno do terreno	45
4.5 Transporte e acessibilidade	48
4.6 Impactos sociais, ambientais e econômicos	51
5 ESTUDO PRELIMINAR.....	51
5.1 Análise do terreno.....	51
5.2 Diretrizes gerais	53
5.3 Programa de necessidades	60
5.3.1 Regime fechado	60
5.3.2 Regime semiaberto	61
5.3.3 Administração.....	62
5.4 Conceito e Partido Arquitetônico.....	63
5.5 Análise do projeto.....	67
5.5.1 Setor externo.....	67

5.5.2	Setor intermediário	67
5.5.3	Setor interno	68

1 INTRODUÇÃO

O interesse no tema “presídio” surgiu a partir das rebeliões no começo do ano em Manaus, que expôs a situação precária em que se encontram os presídios brasileiros. Outro ponto levantado foi o da questão racial que está diretamente ligada ao descaso por parte das autoridades em propor medidas para além do uso da força e repressão.

Compreender o sistema prisional e a influência da arquitetura no mesmo é de vital importância para que se possa criar presídios que tragam benefícios à sociedade pela ressocialização, ao criar novas oportunidades aos que estão confinados naquele espaço.

1.1 Tema

A precariedade do sistema prisional brasileiro tem gerado nas últimas décadas debates políticos e acadêmicos, com intuito de compreender problemas, desafios e soluções. Neste contexto está a necessidade de debater o papel da arquitetura no contexto da reflexão quanto ao modelo prisional. É importante a arquitetura pensar estes tipos de espaço, pois e por meio destes estudos pode-se compreender quais as necessidades dos presidiários, como será apropriação desses locais e seus usos.

Todo espaço é constituído por práticas sociais que indicam a possibilidade de um fazer compartilhado e significativo, feito por e para o indivíduo (CORDEIRO, 2013). O espaço prisional tem a função social de agregar a convivência por meio de estímulos que promovam a interação social (SAAD, 2009). Através deste conceito pode-se compreender que os presídios vão muito além do espaço físico ao que está destinado, uma vez que o mesmo influencia ações individuais e coletivas daqueles que residem neste tipo de espaço.

O próprio conceito de presídio traz conotações negativas, sendo este tipo de arquitetura vista como inimiga da sociedade e instrumento de isolamento, conceito que se associa à criação de um local disciplinador; traz à tona a questão sobre a impossibilidade de criar uma reconciliação entre esse espaço e os presidiários (CORDEIRO, 2013).

Em sua obra “Vigiar e Punir” Foucault (1971) dialoga sobre a concepção do poder disciplinar a partir das práticas que estão diretamente ligadas ao modelo prisional como um todo, em que os espaços a serem construídos são determinados por modelos que possibilitam vigiar os indivíduos para controlá-los, e como mecanismo para moldar o seu comportamento (SOUZA, 2010).

Atualmente a arquitetura prisional, em sua grande maioria, é usada para minar ações individuais, eliminando a ideia de privacidade através do controle do tempo, da vigilância excessiva e imposição de obstáculos ao movimento (CORDEIRO, 2013). Ao criar um espaço

que exclui aqueles a quem deveria acolher gera-se um sentimento de rejeição e os indivíduos ali encarcerados passam a ver o ambiente construído como um espaço hostil do qual eles precisam se livrar.

Este modelo prisional impede os presídios de prover condições para ressocialização do indivíduo, sendo as maiores iniciativas relativas à arquitetura prisional criada para evitar o contato entre os presos, com a grande imposição de barreiras físicas existentes nestes estabelecimentos(SAAD, 2009).

Dentro deste contexto situa-se o interesse pela arquitetura penal como meio de trabalhar as questões inerentes ao assunto. A arquitetura tem papel fundamental nesse processo uma vez que a visão sobre o espaço em que o indivíduo está encarcerado deve ser de um local positivo e que irá agregar no processo de ressocialização, considerando que a eficácia da pena está ligada a melhores condições oferecidas durante sua execução e tirar a visão comum de um local de punição e coerção.

1.2 Contexto da pesquisa

As recentes rebeliões em presídios no Amazonas e em Roraima trazem a tona a real crise enfrentada e mostra a falência do sistema prisional, onde mesmo com a população carcerária tendo aumentado 83 vezes em 70 anos, não há uma diminuição dos índices de criminalidade (IPEA, 2015). Indo mas além pode se observar que metade dos indivíduos é reincidente de acordo com estudo feito pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ou seja, como o objetivo de ressocialização foi falho, o sujeito ao terminar sua pena volta a cometer algum delito criando assim um ciclo.

Esse aumento na população carcerária, oriunda de uma política de encarceramento em massa, acarretou em outro problema: a superlotação nos presídios brasileiros. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) existem 394.835 vagas em presídios para um total de 668.182 presidiários (IPEA, 2015), ou seja, o número de pessoas encarceradas é quase o dobro da capacidade máxima do país. A superlotação torna ainda mais precária à situação destes ambientes prisionais, que não oferecem condições mínimas para que os que ali se encontram possam viver com dignidade, o que transforma a prisão em um castigo aplicado de forma desumana (Bitencourt, 2001).

Thompson (1980, p.23) afirma que “a questão penitenciária está relacionada ao debate da criminalidade, o qual decorre de naturezas sócio-político-econômica” o que coloca inúmeros desafios ao Estado, desde repensar uma política de segurança pública mais bem elaborada,

que atenda as reais necessidades enfrentadas, até a figuração de projetos arquitetônicos onde se possa desenvolver a reintegração social dos presos.

1.3 Objeto de estudo

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) volta-se para elaboração de um projeto de uma Associação de Assistência e Proteção ao Condenado (APAC) masculina, tendo como objetivo criar um espaço mais humano onde o indivíduo possa para além de cumprir sua pena, ter chances de ressocialização. O projeto terá capacidade para 250 detentos, tendo espaços destinados a atividades diárias, que ajudam na profissionalização dos detentos.

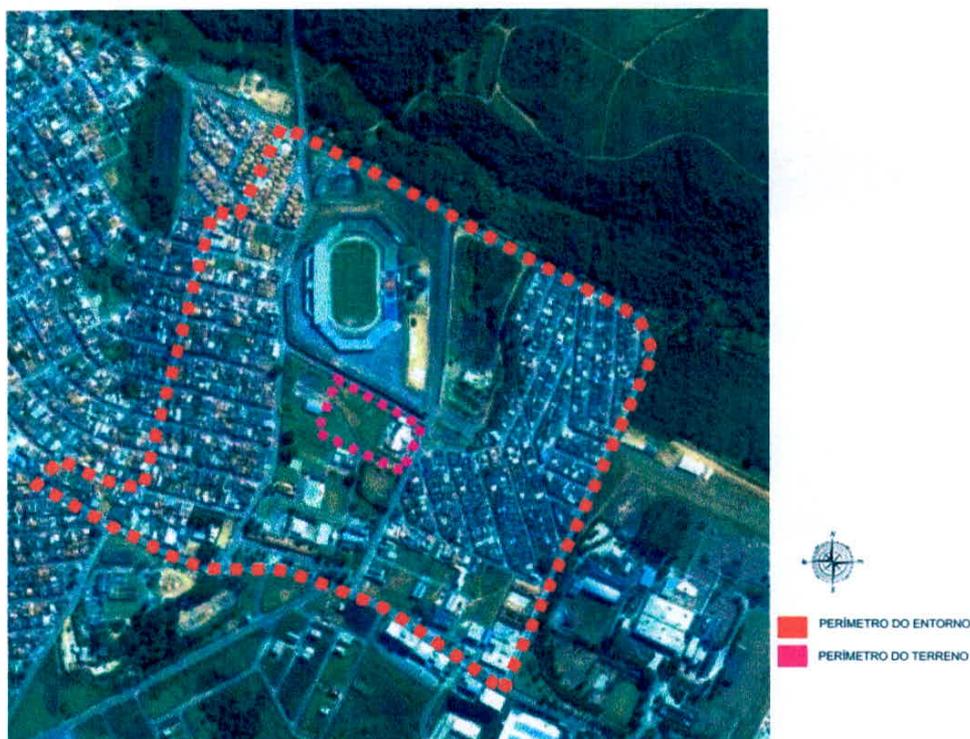
A área escolhida para a implantação do projeto fica localizada onde está implantado atualmente o presídio da cidade de Varginha (fig. 1), na Avenida Eugênio Paiva Ferreira, 362-380 bairro Padre Vitor (figura 2).

Figura 1: Varginha



Fonte: Disponível em <googleEarth>acesso em 17/11/2017 (editada pelo autor)

Figura 2: Localização do presídio dentro do bairro



Fonte: Disponível em <googleEarth>acesso em 17/11/2017 (editada pelo autor)

1.4 Problema de Pesquisa

O ponto principal sobre a questão do sistema carcerário são as más condições a que os detentos são expostos. Isso faz com que percam chances de recuperação, além de acarretar um olhar preconceituoso da sociedade que os impede de entrar no mercado de trabalho após cumprir sua pena e mina seus direitos básicos. Partindo desta realidade seria possível pensar um projeto arquitetônico onde a totalidade dos espaços produzidos pudesse conduzir a outra realidade prisional? Responder esta questão levará este TCC às estratégias, conceitos e teorias próprios da arquitetura frente desta experiência em relação à ressocialização.

1.5 Justificativa

A arquitetura prisional precisa desenvolver espaços onde, para além do aspecto punitivo, crie-se a possibilidade de ressocialização e reinserção destes detentos na sociedade. Sá (2010) evidencia o fato de que o indivíduo vai se espelhar nos acontecimentos desse espaço, ou seja, se construímos um espaço inadequado feito para desumanizar o ser, isso é o que de fato irá acontecer. Por esse motivo devemos pensar na de arquitetura desses projetos

do ponto de vista da qualidade dos espaços, numa perspectiva para além da punição,mas como uma nova oportunidade.

A ressocialização das pessoas em situação de cárcere é prevista pelo código penal na Lei de Execução Penal onde está descrito que a “execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Mirabete (2002, p.24) afirma que a privação da liberdade não cumpre com o dever de reintegrar esse indivíduo na sociedade, ao contrário, isola ainda mais esta pessoa, servindo como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação.

A interação social entre as pessoas desempenha papel fundamental na formação individual de cada um, e o espaço é o principal norteador para esta formação. Sun (2002) descreve o espaço penitenciário como um ambiente construído no qual ocorre inúmeras relações sociais, influenciando na recuperação dos detentos e mostrando à importância de se pensar a função aliada a estética do edifício e dos espaços de interação social dos indivíduos.

É necessário compreender o quanto o projeto arquitetônico destes espaços influencia na ressocialização destes indivíduos, tendo em vista que o espaço penitenciário contém pontos de vista, ideologias e intenções (ALMEIDA, 2013) que influencia de forma negativa ou positiva o indivíduo encarcerado de acordo com o modelo ao qual ele está submetido.

Este projeto tem como principal finalidade possibilitar uma reflexão do espaço prisional como local de moradia, através de presídios mais humano e que vão além do paradigma disciplinador, através do qual surjam possibilidades de reiteração para aqueles, que devido algum delito, se encontra a margens da sociedade.

1.6 Objetivos

1.6.1 Geral

Desenvolver o projeto arquitetônico de uma APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado).

1.6.2 Específicos

- a) Discutir sobre arquitetura prisional;
- b) Estudar referência projetual;
- c) Desenvolver estudos projetuais.

1.7 Procedimentos metodológicos

1.7.1 Referencial teórico relacionado ao tema de pesquisa.

Os artigos usados para embasamento teórico do tema foram (quadro 1):

Quadro 1: Artigos utilizados		
Título	Autores	Síntese das discussões
A Realidade atual do sistema penitenciário brasileiro	ASSIS, Rafael Damaceno de. 2007	Discorre sobre o sistema penitenciário atual brasileiro
O Panóptico	BENTHAM, Jeremy. 2000	Livro que trata sobre o modelo panóptico criado por Bentham
Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas	BITENCOURT, Cezar Roberto. 2004	Trata do porque as penas previstas em lei não estão surtindo efeito positivo
Diretrizes básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais	BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. 2005	Diretrizes para construção de um presídio
Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo	CORDEIRO, Suzann. 2005	Trata do início do espaço prisional até os dias atuais
Arquitetura Penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal	ESTECA, Augusto Cristiano Prata. 2010	Análise da arquitetura penal brasileira e sua influência no sistema penal
O método APAC: análise sob a perspectiva de alternativa penal	FALCÃO, Ana Luísa Silva Marcus; CRUZ, Vinícius Gonçalves Da. 2015	Análise sobre o sistema APAC e sua aplicabilidade
Associação de Proteção e Assistência ao Condenado- APAC: Mais do que uma possibilidade, uma necessidade	FERREIRA, Lucimar Antunes Corrêa. 2012	Estudo sobre o sistema APAC como solução para a crise penal brasileiro
Vigiar e punir: nascimento da prisão	FOUCAULT, Michel. 2002	Discussão sobre a ideia de punição como mecanismo de controle social
Arquitetura prisional, a construção de penitenciárias e a devida execução penal	GARBELINI, Sandra Mara. 2004	Análise sobre arquitetura prisional e a execução penal
Execução Penal	MIRABETE, Júlio Fabbrini. 2002	Discute a ineficácia da execução penal atual
Panóptismo como dispositivo de controle social e exercício de poder	POSSOLLI, Gabriela Eyng. 2004	Discorre sobre o sistema panóptico e como ele tem sido utilizado para controle social
Criminologia Clínica e Psicologia Criminal	SÁ, Alvino Augusto de. 2010	Como funciona a psicologia criminal
O Panóptico	TADEU, T. 2000	Análise sobre o modelo panóptico
A questão penitenciária	THOMPSON, Antônio. 1980	Análise sobre a crise prisional

Fonte: O autor

Fonte de dados: trabalhos científicos selecionados na base de dados Google Acadêmico.

1.7.2 Referência projetual

Os projetos usados como referências projetuais foram o Centro de reintegração social em Santa Luzia, MG de autoria do escritório MAB Arquitetura e Urbanismo e a Colônia Agrícola de autoria da arquiteta Erika Sun

Fonte de dados: a) archdaily.com.br; e b) <https://concursosdeprojeto.org/>

1.7.3 Estudo preliminar para o TCC 1

O projeto foi estruturado da seguinte forma (quadro2):

Quadro2: Estrutura do TCC1	
Tópico	Conteúdo
Introdução	Tema, contexto, objeto de estudo, problema de pesquisa, justificativa, objetivos, procedimentos metodológicos e cronograma.
Fundamentação teórica	
Estudos projetuais	Referências projetuais, Diagnóstico da área, Programa de necessidades, Conceito, Partido arquitetônico, setorização e sistema estrutural.

Fonte: O autor

1.7.4 Anteprojeto para o TCC 2.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para elaboração deste projeto está fundamentação teórica foi estruturada da seguinte forma: A arquitetura contemporânea, presídios e punitivismo, o panóptismo e a sociedade disciplinar, tipologias arquitetônicas do sistema penal brasileiro, o sistema carcerário brasileiro e a cidade de Varginha, APAC's, o espaço prisional e diretrizes gerais. Foi necessária esta conceituação para compreender qual a relação do presidiário com o espaço prisional, qual a relação deste espaço com a atual crise carcerária e como se chegou ao atual sistema vigente. Por meio deste estudo pode-se traçar quais parâmetros se deve usar para propor um estudo que subverta a realidade atual.

2.1 A arquitetura contemporânea

O atual panorama da arquitetura contemporânea, na qual há a expansão das cidades de forma sistêmica e sem planejamento, sobre um viés capitalista, requer produções arquitetônicas de baixo custo em um curto espaço, visando aspectos mercadológicos. Esta necessidade pujante traz um esvaziamento do debate teórico a respeito do fazer arquitetônico e cria espaços que não contemplam as necessidades da sociedade. Sobre essa perspectiva é preciso debater como este aprofundamento raso influencia a produção arquitetônica e como isso afeta o espaço construído e as pessoas que ali estão vem.

O desgaste do modernismo ocasionou em novas linhas de pensamentos, de arquitetos que criticavam “à visão de mundo unitária, os grandes sistemas de explicação, à crença de que a forma tem o “poder” de solucionar os problemas da sociedade, e a reproduções em série” (GHIRARDO, 2002) pregadas pelo movimento modernista. Este nova linha de pensamento foi denominada pós-modernismo e tinha como principais autores Jane Jacobs, Robert Venturi, Aldo Rossi e Hassan Fathy.

O pós-modernismo tinha como base os preceitos de que para projetar era essencial compreender as características de determinado lugar e criticavam o “funcionalismo ingênuo”. A separação das cidades segundo seus usos foi uma das maiores críticas de Jacobs ao movimento modernista. Por sua vez Venturi defendia que não havia como solucionar programas complexos através respostas simples (GHIRARDO, 2002). Estes pensamentos confrontavam diretamente os princípios modernos, porém não se propôs novas teorias para sua produção arquitetônica.

O fato de não haver novas teorias nesse período afastou os arquitetos do debate acerca das questões sociais como a situação precária das periferias e a vulnerabilidade das pessoas que viviam nestes locais (GHIRARDO, 2002). Este distanciamento do pensar teórico, apesar

da evolução enquanto as questões formais tanto do movimento modernista quanto do pós-modernismo ocasionou um enfraquecimento do pensamento da arquitetura como meio de solucionar problemas da sociedade.

A partir dos anos 1980, há um processo de grandes mudanças econômicas e sociais com a mundialização de mercados denominado globalização (ABASCAL, 2006). A globalização possibilitou “uma dinâmica complexa, a qual inter-relaciona fenômenos do mundo tecnológico, produtivo, das finanças, do comércio, da cultura e do âmbito sociocultural” (ABASCAL, 2006) aumentando a demanda de novos espaços para acompanhar o crescimento gerado por esse fenômeno. A arquitetura entra como ponto chave nesse novo contexto, por ser um meio transformador do território.

A ideia de contemporaneidade na arquitetura se dá a partir desse período, para sanar a nova demanda imposta por pelo processo da globalização. A arquitetura contemporânea não possui uma linha de pensamento homogêneo, sendo esta composta por diversas linguagens arquitetônicas oriundas de outros movimentos, aplicadas no contexto atual. A falta de uma linguagem própria do movimento afasta qualquer debate crítico-teórica, deixando de abranger vários aspectos da arquitetura enquanto transformador do espaço social.

A sociedade global é produtora de complexo capital material e simbólico, do qual faz parte a arquitetura enquanto produto cultural. No entanto, a produção da arquitetura se realiza na espacialização deste capital simbólico, em sua materialização no território, conformando-se às dinâmicas engendradas pelos processos de produção, distribuição, consumo de bens e de serviços que se organizam (ABASCAL, 2006. p. 7).

Retomando a ideia de globalização, nota-se que a arquitetura contemporânea passa por uma crise derivada da necessidade de uma produção em larga escala, barata e rápida, por questões puramente econômicas. Esse processo mina a discussão a respeito do espaço como influenciador da condição de vida do ser humano, ignorando que estes projetos devem ser pensados não de uma maneira fordista, mas visando o bem estar dos indivíduos que irão ocupar estes espaços.

Manfuz (2005) fala sobre as construções arquitetônicas atuais sendo feitas sem um entendimento do espaço ao redor, como algo desassociado do todo, ignorando as características de cada região. Outro ponto discutido acerca da arquitetura contemporânea é o fato de que visa questões puramente financeiras e esquece-se das camadas mais pobres da população. Essas pessoas são delegadas as regiões periféricas da cidade, afastadas dos centros urbanos onde acontece a maioria das atividades vitais para a sociedade. Esses espaços periféricos não recebem investimentos para seu desenvolvimento e são vistos como algo não pertencente a cidade.

Este mesmo processo de esquecimento ocorre com espaços destinados a pessoas de baixa renda, como equipamentos públicos voltados a questões sociais. Estas edificações são projetadas sem o pensamento crítico de como será a apropriação o por parte dos usuários finais e se de fato irar sanar as dificuldades enfrentadas por eles. Apesar do avanço proposto por algumas políticas sociais como o programa Minha Casa, Minha Vida, ainda falta pensar a questão arquitetônica e urbanística como principal ponto para criar uma cidade mais dinâmica e funcional.

Neste contexto entra o tema “presídio”, que está diretamente ligada aos problemas enfrentados pela atual arquitetura. Os presídios são espaços destinados àqueles que infringiram alguma lei, pessoas vistas como a párea da sociedade. Esse olhar preconceituoso faz com que esses locais de detenção sejam feitos de maneira mecânica e sem nenhuma discussão acerca do seu verdadeiro proposito. Entender a crise enfrentada pela arquitetura contemporânea, seus critérios e o pensamento capitalista em relação a sua produção é de vital importância para compreensão do estado atual em que se encontra a arquitetura prisional.

2.2 Presídios e punitivismo

Bitencourt (2004) relata que na Idade Média as prisões eram apenas locais temporários onde ficavam os réus, com intuito de preservá-los fisicamente até o momento dos seus respectivos julgamentos e punições, que iam de mutilações à pena de morte, sendo locais insalubres como calabouços, aposentos frequentemente em ruínas ou castelos, torres, conventos abandonados, palácios e outros edifícios.

A ideia de encarceramento em um espaço físico surgiu na sociedade cristã, quando a Igreja na Idade Média castigava os monges isolando-os em uma ala dos mosteiros para pedir perdão a Deus através do sistema da solidão e do silêncio (CORDEIRO, 2005). Criou-se assim a privação da liberdade como pena a partir do século XVIII, devido ao banimento da aplicação de penas cruéis públicas.

Essa mudança na natureza punitiva se deu devido às transformações políticas que estavam ocorrendo na época com a ascensão da burguesia, em que os castigos físicos que eram exibidos para a população passou a ser visto como ato de violência. Devido a esses fatos muda-se o modo de penalizar, deixando os castigos corporais em função de castigos infligidos na “alma” dos condenados (FOUCAULT, 2002).

Posteriormente, com a pobreza que assolava a Europa, houve um aumento da criminalidade, criando-se a necessidade de um número maior destes espaços, com intenção de

punir e coibir atos criminosos praticados pela população de baixa renda (GARBELLINI, 2004).

Cordeiro (2005) descreve a prisão, em meados dos séculos XVII e XVIII, como um tipo de pena autônoma, que não obedecia a nenhum princípio penitenciário, sendo estes estabelecimentos insalubres, onde os condenados eram abandonados e obrigados a viver em situações insuportáveis. Foucault (2002) afirma que o espaço físico denominado prisão antecede até mesmo a sua regularização nas leis penais, pois trouxe previamente aspectos da arquitetura penitenciária que se formaria no século XIX.

As reformas no sistema penal, entre os anos 1760 e 1840 “resultou em uma nova teoria da lei e do crime, uma nova justificação moral ou política do direito de punir” (FOUCAULT, 1791, p.243), na qual se estabelece a privação de liberdade como instrumento de punição em um espaço próprio para esse fim e por tempo determinado, com a intenção de recuperar o detento através de uma mudança moral, assim como receio de nova sanção (ESTECA, 2010).

Este modelo implantado constrói uma relação de emulação entre sociedade e condenado, Foucault (2002) em sua obra *Vigiar e Punir* traça o paralelo entre a relação punição e a vigilância como artifício de adestramento comportamental para que as pessoas sigam as normas pré-estabelecidas pelas diversas instituições.

O poder disciplinar é [...] um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”: ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] “Adestra” as multidões confusas [...] (FOUCAULT, 2002, p.143).

Neste contexto surge a concepção do modelo arquitetônico panóptico, criado no século XIX por Jeremias Bentham (1748-1832), caracterizado pela relação de poder entre detento e administração, onde os indivíduos encarcerados estão em constante vigilância sem visão daqueles que os vigiam, criando a ideia de controle total sobre o sujeito e suas ações.

2.3 O Panóptismo e a sociedade disciplinar

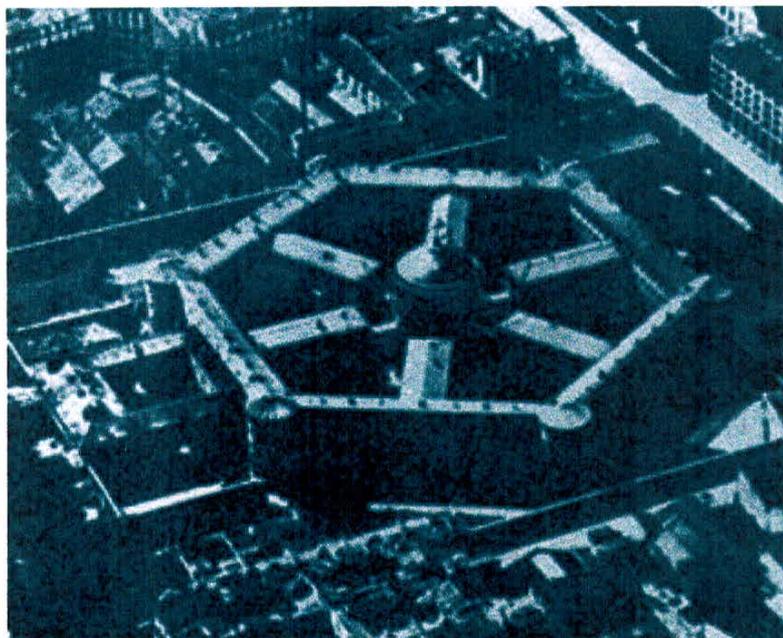
O modelo panóptico surge como um dispositivo de controle social e exercício de poder, aplicável a todo e qualquer instalação que “queira manter a inspeção de certo número de pessoas” (BENTHAM, 2000), podendo ser em prisões, hospitais, hospícios ou escolas. Neste sistema as pessoas tem a noção de que estão sendo vigiadas em tempo integral.

O panóptico é descrito como um sistema utilitarista onde tudo nele é mecânico, calculado coibindo qualquer ato de espontaneidade ou qualquer manifestação individual do ser (TADEU, 2000). Bentham (2000) em seus estudos aborda o fato de que para dominação da

sociedade era necessário distribuir as pessoas em diversificadas superfícies (prisões, manicômios, escolas, fábricas), teoria pela qual ele cria seu modelo prisional ainda difundido nos dias atuais.

A edificação (figura 3) para uso penal proposta era formada um edifício circular onde os presos ficavam em celas implantadas na circunferência e que impediam quaisquer contatos entre os detentos. No centro de círculo se encontrava a sala do inspetor que dava a ele visão de todas as celas, ao mesmo tempo em que ele ficava oculto da visão dos presos.

Figura 3: Modelo panóptico



Fonte: Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/480>> acesso em 17/11/2017

A sociedade disciplinar tratada por Foucault (2002) tem como ponto base o modelo panóptico; dá-se ênfase a relevância do mesmo como instrumento de poder, já que ao obter um maior número de informação sobre a rotina de um indivíduo obtem-se maior o controle sobre suas ações. Este sistema de controle social tinha como principal base à ideia de poder sobre os indivíduos, por meio não de uma anulação do ser, mas de um “adestramento” proporcionado por técnicas que controlavam toda e qualquer ação do indivíduo, por intermédio de uma vigilância permanente e exaustiva.

O modelo panóptico ainda é aplicado nos dias atuais, sendo ele o princípio norteador da arquitetura prisional vigente no Brasil, mas traz consigo novas práticas e relações de poder com o uso de novas tecnologias implementadas (POSSOLLI, 2004). Neste ponto é necessário pensar como a falta de privacidade, o medo constante gerado por meio desta manipulação do

tempo e da ação dos detentos vem influenciando na recuperação destes indivíduos e nas reais finalidades para as quais estes presídios existem.

2.4 Tipologia arquitetônica do sistema penal brasileiro

Os primeiros espaços prisionais surgiram no Brasil entre os séculos XVIII e XIX e eram locais improvisados, utilizando edificações já existentes. Em meados de 1980 surgiram as primeiras edificações voltadas para o uso penal, baseadas nos padrões arquitetônicos europeus, sendo uma reprodução do modelo panóptico (CARVALHO FILHO, 2002).

O código penal criado em 1889, após a proclamação da república, por Batista Pereira transforma a arquitetura prisional em uma Ciência Penitenciária, onde há a separação dos regimes fechado, semiaberto e aberto além da classificação criminológica (ASTECA, 2010). A Casa de detenção de São Paulo-Carandiru inaugurada em 1956 (figura 4) surge a partir desta constituição e foi criada para ser exemplo de ressocialização.

Figura 4: Carandiru



Fonte: Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-set-27/tj-sp-anula-condenacoes-policiais-massacre-carandiru>> Acesso em 20/11/2017

Após a criação destas diretrizes o Brasil passa a adotar diferentes tipos arquitetônicos, sendo o modelo espinha de peixe ou teleférico (figura 5) amplamente difundido. Esta edificação era composta por um corredor central pelo qual se acessava os demais compartimentos, mesmos os administrativos. Foram feitas muitas críticas a este modelo devido a facilitar motins e rebeliões (RIBEIRO, 2016).

Figura 5: Centro de Detenção Provisória e da Penitenciária Masculina de Cerqueira César



Fonte: Disponível em/ <[http://www.constran.com.br/contratodetalhes.php?idcontrato=66#prettyPhoto\[fotos\]/3/](http://www.constran.com.br/contratodetalhes.php?idcontrato=66#prettyPhoto[fotos]/3/)>
Acesso em 20/11/2017

A criação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o conselho Nacional de Política Penitenciária (CNPCC) em 1975 e em 1980 organizavam e gerenciavam a questão dos espaços penitenciários, sendo responsáveis pelo exercício do direito de punir do Estado e pela legislação respectivamente, com intuito de criar uma composição hegemônica da arquitetura penal brasileira (ASTECA, 2010).

A revisão das Diretrizes para Elaboração de Projetos e Construção de Unidades Penais em 1994, traz como ponto o emprego da criatividade em relação às normas técnicas, em que a liberdade “a criatividade deve ser favorecida na elaboração de um projeto para estabelecimento penal” (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, 1995a, p. 76 apud ASTECA, 2010), sendo posteriormente, defendida a liberdade criativa na adoção do partido arquitetônico. Atualmente há duas tipologias arquitetônicas dominantes no atual cenário brasileiro (AGOSTINI, 2002); o estilo pavilhonar (figura 6) e o paralelo (figura 7).

Pavilhões organizados ao redor de pátio descoberto - compreendem um módulo externo destinado ao setor administrativo e um ou mais módulos intra-muros destinados aos detentos. Estes, compostos por um ou mais pavilhões, apresentam corredores de circulação voltados para um pátio interno, destinado ao banho de sol e convívio. Um mesmo complexo pode abrigar diversos pavilhões com regimes diferenciados e independentes, dispostos paralelamente.

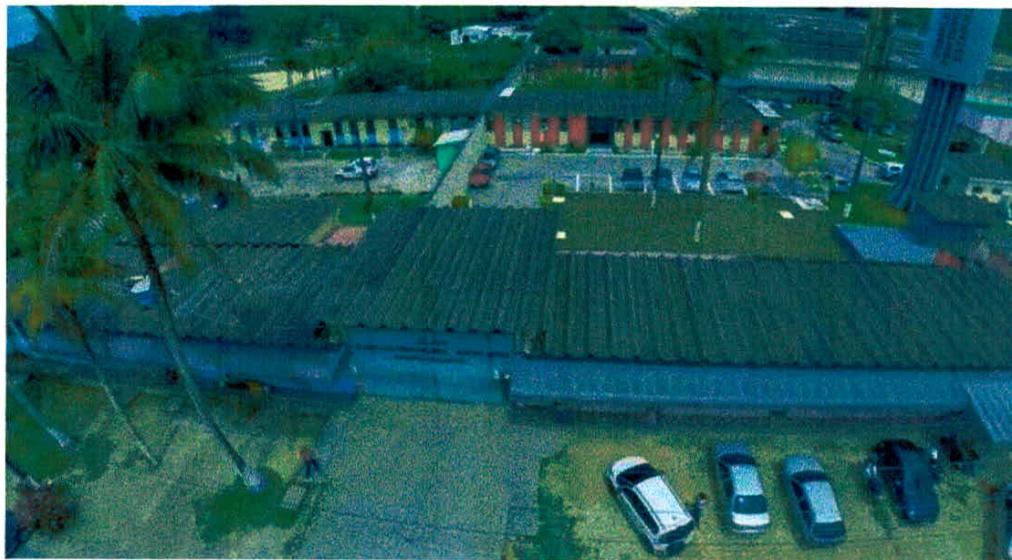
Edifícios organizados a partir de pavilhões dispostos paralelamente - compreendem, da mesma forma, um módulo externo, restrito à administração, e diversos módulos intra-muros destinados às atividades e permanência de presos. Estes módulos encontram-se articulados por um grande corredor central. (AGOSTINI, 2002 p.14)

Figura 6: Presídio de Jequié



Fonte: Disponível em <www.diarioparalelo.com.br/rebeliao-em-presidio-de-manaus-termina-com-mais-de-mortes-diz-ssp/> Acesso em 20/11/2017

Figura 7: Presidio de Manaus



Fonte: Disponível em <<http://www.diarioparalelo.com.br/rebeliao-em-presidio-de-manaus-termina-com-mais-de-mortes-diz-ssp/>> Acesso em 20/11/2017

Estes modelos vêm se mostrando ineficazes tanto na questão de ressocialização quanto na questão de segurança. As diversas rebeliões espalhadas no Brasil mostram um quadro pessimista sobre o sistema carcerário brasileiro, que apenas confina aqueles que infringiram

alguma lei, mas não trabalha a questão do que deve ser feito para solucionar o problema, além de se provar ineficiente quanto a questão de segurança, pois o modelo adotado não diminui a quantidade de rebeliões e de ações ilegais que ocorrem dentro destes espaços.

2.5 O sistema carcerário brasileiro e a crise no município de Varginha

A população carcerária brasileira é formada por 95% de pessoas marginalizadas na sociedade, que não tiveram oportunidades e recorrem ao crime devido à sua condição social (ASSIS, 2007). Esse panorama traz certo descaso por parte dos órgãos responsáveis, que investem pouco em medidas de enfrentamento do problema, o que apenas agrava a situação já preocupante em que se encontram os presídios na atualidade.

O encarceramento em massa está diretamente ligado à adoção do modelo neoliberal, onde o direito penal é usado como mecanismo de controle social que afeta principalmente os de classes sociais menos privilegiadas, e o endurecimento do direito penal e a guerra contra as drogas apenas aumenta essa desigualdade a fim de proteger interesses individuais (SERRANO, 2017).

A população nos presídios é composta por 40% de presos provisórios ou seja, do total de 668.182 presidiários cerca de 270.000 aproximadamente ainda não foram julgados (INFOPEN,2015). Este número pode ser ainda maior uma vez que nesta pesquisa só foi contabilizado aqueles sem julgamento, sem contabilizar os que estão com processo aberto.

Esses números mostram um preocupante panorama que vem afetando o Brasil de forma homogênea. O presídio de Varginha (figura 8) se encontra em situação igualmente precária, com superlotação e sem meios de manter seus presidiários.

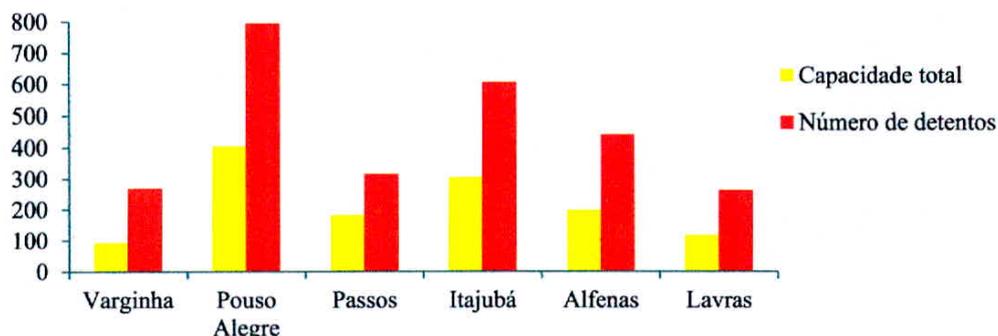
Figura 8: Presídio de Varginha



Fonte: Disponível em <googlemaps> Acesso em 20/11/2017

O presídio possui capacidade máxima para 92 detentos, mas atualmente conta com um contingente de 268 pessoas encarceradas sem previsão de realocação para esses presos, pois os presídios da região encontram-se em igual situação (figura 9).

Figura 9: Condições dos presídios no Sul de Minas



Fonte: Disponível em <<http://www.seds.mg.gov.br/>> Acesso em 20/11/2017

2.6 Associação de Assistência e Proteção ao Condenado (APAC)

A tipologia penal adotada no Brasil, influenciada pelo modelo panóptico, baseia-se na exclusão social do indivíduo e hierarquização de poder entre os “cidadãos de bem” e os detentos. Adotada em todo território nacional, não leva em consideração a importância da estrutura física na construção do ser social, sendo esses espaços, não locais de ressocialização, mas de encarceramento e punição.

Com intuito de solucionar o problema enfrentado nos presídios surge um novo modelo de reclusão, denominado de Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), que visa trazer uma nova perspectiva sobre o cumprimento de pena e a ressocialização do detento. Neste sistema o presidiário passa a ser chamado de recuperando e tem participação ativa em todo o funcionamento da APAC.

O sistema APAC criado por Mário Ottononi surgiu em 1974, através de uma ação de voluntários cristãos na cidade de São José dos Campos – São Paulo, com intento de oferecer ao condenado condições de recuperar-se e com o propósito de proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a justiça (FALCÃO, 2015). Todo o funcionamento da unidade surge mediante mobilização da sociedade, onde a comunidade, com adoção plena do voluntariado, administra a unidade prisional e o Estado fica responsável pela construção da unidade e o provimento das despesas de custeio.

Nas APAC's são mantidos os indivíduos que possuem bom comportamento, o que facilita as questões referente a segurança nestes espaços. Os mecanismos de segurança necessários para manter a ordem cabe aos próprios detentos, que estão sujeitos a sanções de acordo com regras internas pré-estabelecidas.

As atividades dentro da unidade ficam por responsabilidade dos recuperandos, que revezam entre eles as tarefas diárias. Além destas tarefas ainda há oficinas, oportunidades para continuar os estudos e atividade laboral.

O método científico utilizado é o indutivo partindo do pressuposto que, as atividades laborais nas penitenciárias possibilitam a redução da violência, e, conseqüentemente, redução dos gastos do Estado, uma vez que seriam evitadas diversas ações que seriam tomadas para garantir a ordem dentro das unidades, num quadro conhecido por todos nós, de instabilidade no relacionamento entre os detentos, e desses com os agentes penitenciários (FERREIRA, 2012 p.7).

Este modelo vem apresentando resultados muitos positivos, tendo um índice de ressocialização de 95% dos detentos (FERREIRA, 2012), além de oferecer assistência às famílias e um meio daqueles que cometeram alguma penalidade de terem suas vidas recuperadas com dignidade e respeito.

2.7 O espaço prisional e a cidade

O espaço urbano brasileiro não visa as diferentes classes sociais que ocupam esses espaços. Locais como presídios são construídos fora do espaço urbano, como se não fizessem parte da cidade para isolar aqueles que por conta de delitos e infrações são vistos como uma camada inferior da população. Esses equipamentos são implantados sem um estudo do impacto destas construções no entorno e o papel destas edificações na construção social dos indivíduos (SOUZA, 2015).

Essa visão deturbada dos presídios faz com que eles sejam projetados de forma que atendam a esses preceitos da sociedade de isolamento dos presidiários em detrimento dos “cidadãos de bem”. Souza (2015, p. 4) afirma que “as barreiras físicas redesenham as relações sociais e espaciais entre o que está fora e o que está dentro dos muros, criando estigmas que exercem influencia nas relações estabelecidas” pelo qual o presídio se torna algo desassociado da cidade e criam-se suas próprias dinâmicas e leis de convívio social.

Essas barreiras também influenciam como a sociedade vai entender aquele espaço, ao isolarem este espaço do meio urbano haverá uma rejeição por parte dos indivíduos que estão de fora dele. Esse isolamento reafirma a necessidade dos presos de contato com o mundo exterior, através de greves e rebeliões que são os meios de comunicação para mostrar o que esta de fato acontecendo dentro dos muros que os separam da sociedade.

Fechar os espaços prisionais da vista da sociedade não tem se mostrado eficaz, de fato só aumenta o preconceito com estes locais e a violência. A arquitetura deve pensar uma maneira de integrar as edificações prisionais com o meio ao qual ela esta inserida, de forma que a sociedade entenda que os presídios fazem parte da cidade e as pessoas ali presas são

membros da sociedade que merecem respeito e chances de voltarem ao convívio em liberdade com seus direitos garantidos e respeitados.

2.8 O espaço construído e a influência nas dinâmicas sociais

A arquitetura é um meio de integração entre as pessoas e o local em que elas habitam (CORDEIRO, 2011), onde o espaço físico dialoga com as construções sociais e as influencia. A arquitetura penal abrange esse estudo entre a relação do indivíduo com a edificação; pode-se assim pensar em projetos que tenham como mote a construção de forma positiva dessas relações.

As pessoas são influenciadas pelas práticas institucionais que ocorrem dentro de um presídio. Esses indivíduos ou irão ser parte integradora desses espaços ou serão contra ele, relação que irá depender de como funciona esses locais e a relação construída com os que ali estão. Se a edificação proposta é feita para oprimir, temos um processo de negação daquele local e vice-versa. Como já visto, a arquitetura prisional veio da necessidade de um local para cumprimento de penas, sem pensar na questão do planejamento espacial (CORDEIRO, 2011) e não atentando aos objetivos penais.

A elaboração do espaço penal deve ser feita analisando-se as práticas socioculturais que ali acontecerão, tendo em mente que o preso é o usuário final além de se trabalhar o fato de que a arquitetura “pode funcionar como mediadora do desenvolvimento do sujeito, enquanto em constante construção, a partir de sua adaptação ao ambiente, se apropriando e negociando os componentes arquitetônicos” (CORDEIRO, 2011 p.124). É necessário entender como se constitui esses espaços através das práticas sociais que ali ocorrem.

Sob esse aspecto pode-se analisar três espaços que influem nas dinâmicas sociais dentro dos presídios: A cela onde os detentos passam a maior parte do tempo, o pátio no qual representa o espaço destinado ao lazer e a área de vivência coletiva como oficinas, sala de aulas e bibliotecas.

As celas representam o que poderia ser denominado como a moradia deles, mas em sua grande maioria são insalubres e não pensam no fator individual de cada pessoa ali, precisa-se pensar a privacidade do indivíduo mesmo em um espaço compartilhado. Uma cela que possui espaçamentos mínimos e mobiliários dispostos apenas com intenção alocar todos ali ignora o fato de que para um convívio harmônico entre os detentos há necessidade de conservar o espaço de cada indivíduo, mesmo que seja apenas o espaço da cama e o local de guardar seus pertences e o espaço que é de uso comum como o banheiro.

O pátio é o local destinado ao lazer, mas nota-se nos presídios que tal local não é pensado do ponto de vista arquitetônico, sendo projetado com intuito de vigia constante, como observado pelo modelo panóptico. Esses locais se tornam espaços destinados a rebeliões, por agrupar todos sem oferecer qualquer conforto. Pulverizar o pátio central em espaços menores cria a possibilidade de privacidade e descanso. Áreas de sombreamento e locais para praticas de jogos cria distração e convivência entre os detentos.

As áreas de convivências coletivas são destinadas as diversas atividades ofertadas dentro de um presídio. O ócio é visto como um dos problemas enfrentados no presídio, pois se perde a noção de controle de tempo e cria ansiedade entre os detentos. As áreas de convivências vêm para suprir o tempo ansioso, através de atividades que dão a sensação de fazer parte novamente da sociedade, seja pelo estudo ou oficinas profissionalizantes. Para tanto essas áreas devem ser projetadas de forma que atenda a demanda do presídio, como espaço destinado apenas aquele uso distinto, mostrando a importância da atividade na vida do detento.

O espaço prisional pode reeducar o sujeito ao longo do tempo, de forma que ele passe a participar das atividades propostas em um espaço que ofereça ambientes diferenciados. Os elementos propostos pela arquitetura irão influenciar neste processo de modo que se faz necessário que os responsáveis por propor esses espaços criem opções que irão de encontro com as necessidades destes presidiários.

3 REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Os projetos usados como referência projetual foram, o Centro de reintegração social em Santa Luzia, MG de autoria do escritório MAB Arquitetura e Urbanismo e a Colônia Agrícola de autoria da arquiteta Erika Sun

As tipologias arquitetônicas aqui trabalhadas servirão como parâmetro para a setorização do projeto final. Todas possuem em comum a transformar o olhar sobre o projeto penitencial, de um ambiente enclausurado e frio, criando espaços abertos onde os detentos possam ter contato com o exterior e usufruir destes locais de tal forma que se crie uma identificação.

Oferecer aos detentos atividades que os retire do ócio, realizadas de forma simultâneas e em locais diversos, que vai possibilitar que eles possam andar pelos percursos, tendo esses caminhos o papel de ruas se assemelhando com espaço fora dos presídios. Trabalhar a dinâmica de uma vila dentro deste espaço e tirar o ideal comum de uma edificação inimiga feita apenas para punir.

3.1 Centro de reintegração social em Santa Luzia, MG

3.1.1 Ficha Técnica

Local: Santa Luzia, MG

Início do projeto: 2000

Conclusão da obra: 2006

Área do terreno: 42.000 m²

Área construída: 6.700 m²

Arquitetura: MAB Arquitetura e Urbanismo – Flávio Agostini, Frederico Bernis e Juliana Myrrha (autores); Wellington Coelho, André Gabrich e Joseane Jorge (colaboradores)

3.1.2 O Projeto

O conjunto penitenciário da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) fica localizada a três quilômetros da cidade Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte e tem capacidade para receber 200 detentos. O projeto realizado pelo escritório MAB Arquitetura e Urbanismo, foi iniciado em 2000 e concluído em 2006, sendo implantado em uma área de 42.000 m² e possui área de 6.700 m² construída (Figura 10).

O programa da penitenciária está organizado em três setores: o primeiro, com 120 vagas, destinado a quem cumpre penas superiores a oito anos, em regime fechado; o segundo comporta até 80 condenados, em regime semiaberto (com penas entre quatro e oito anos ou

que já tenham cumprido 1/6 em regime fechado com bom comportamento); o último é ocupado pela administração.

Figura 10: Implantação Geral



Fonte: Disponível em <www.colaterais.org> Acesso em 20/11/17

Na área frontal foi criada uma praça aberta(Figura 11) para visitantes e moradores locais, onde está localizado um galpão de apoio às famílias dos detentos, assim como três lojas com peças de artesanato, mudas, frutas e verduras produzidas pelos presos através de atividades laborais, que contribui para ressocialização dos recuperandos.

Figura 11: Praça e galpão

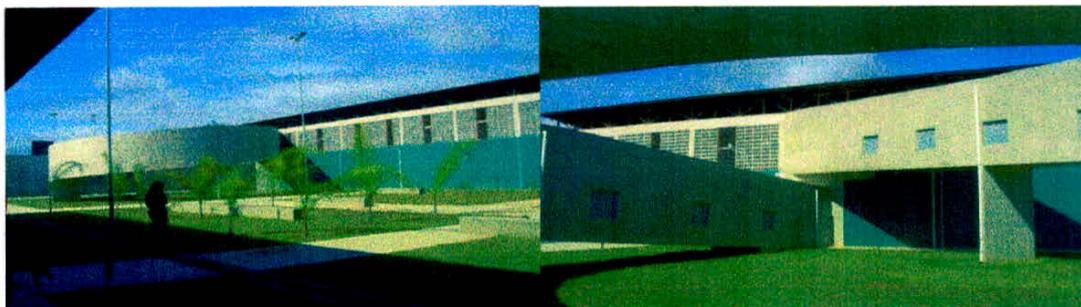


Fonte: Disponível em <www.colaterais.org> Acesso em 20/11/17

As áreas de convivência foram feitas de forma que haja condições de apropriação das áreas externas por parte dos presos, com cada pátio 'ou jardim relacionando-se a espaços

específicos do complexo(Figura 12). Para isso foram empregados diferentes materiais de acabamento, declividades e até mesmo variados tratamentos paisagísticos.

Figura 12: Áreas de convivências



Fonte: Disponível em <www.colaterais.org> Acesso em 20/11/17

O espaço foi adequado à progressão das penas: presos do regime fechado, que ocupam o pavilhão de celas, podem migrar para as unidades mais dispersas do regime semiaberto. Praças e quadras(Figura 13) também aparecem nesse setor, em meio aos edifícios, possibilitando maior variação de percursos.

Figura 13: Áreas de convivências



Fonte: Disponível em <www.colaterais.org> Acesso em 20/11/17

As celas têm capacidade para cinco internos e dispõem de camas sobrepostas ortogonalmente, de maneira a gerar espaços individuais com estantes para a guarda de bens pessoais além de uma mesa comum e banheiros com divisórias altas completam a estrutura de cada alojamento. Painéis e portões de PVC permitem que o vão das grades seja fechado ou aberto pelos próprios detentos.

3.1.3 Análise projetual

Alguns pontos abordados no projeto da Apac de Santa Luzia, tendo em vista que este modelo tem se mostrado eficaz como meio de reintegração entre sociedade e presídio, demonstram a influência da arquitetura no resultado final.

O pátio central diluído em diversos espaços menores que possuem a mesma finalidade, mas não traz a ideia de confinamento sob vigia, assim como a adoção de espaços abertos, que possibilitem que os detentos criem reconhecimento com estas áreas e meios de trabalho e lazer.

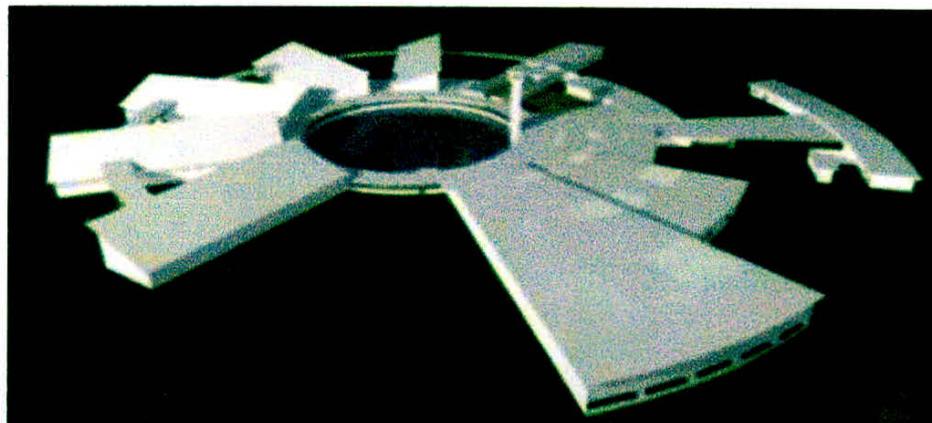
A progressão do regime fechado para semiaberto não diferenciado por local, mas sim por maior liberdade para realizar as diversas atividades oferecidas, dando possibilidade de movimento e organização do tempo tiram a ideia de segregação que poderia ser criada se houvesse espaços separados além de não ser usado como moeda de troca para bom comportamento. As diversas possibilidades de apropriação e realização de atividades simultâneas tiram o tempo ocioso e gera maior envolvimento por parte dos recuperandos.

3.2 Colônia penal agrícola

3.2.1 O Projeto

O projeto da colônia penal agrícola (figura 14) da arquiteta Erika Sun traz em sua forma noções panópticas e radiais, mantendo o ideal de usar o centro da edificação para vigilância constante. A proposta deste projeto busca oferecer oportunidades de concluir os estudos além de oficinas de especialização com o intuito de criar opções aos detentos. A colônia é dividida em duas áreas: a massa edificada onde são realizadas as funções comuns de uma edificação de uso penal e a área destinada a produção agrícola.

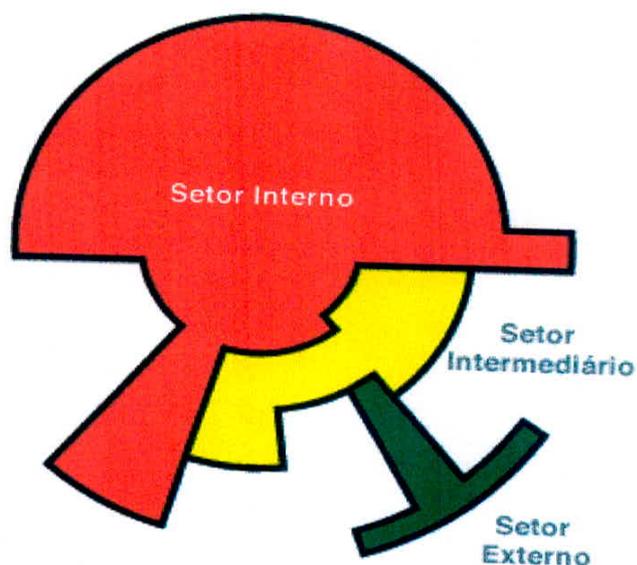
Figura 14: Implantação Colônia Agrícola



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

A setorização foi pensada de forma progressiva, dividida em três setores (figura 15): o setor interno, o setor intermediário e o setor externo, separada por módulos.

Figura 15: Setores



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

No setor interno ficam localizados os módulos de vivência coletiva (figura 16), formado por no total de 5 pavilhões, com capacidade de 60 pessoa por pavilhão. Os espaços vazios entre os módulos são utilizados como área de lazer para os detentos. Os módulos de ensino e oficinas (figura 17) seguem a mesma padronagem do módulo de vivência, um espaço de atividades monitoradas.

Figura 16: Módulos de vivência coletivos



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

Figura 17: Os módulos de ensino e oficinas



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

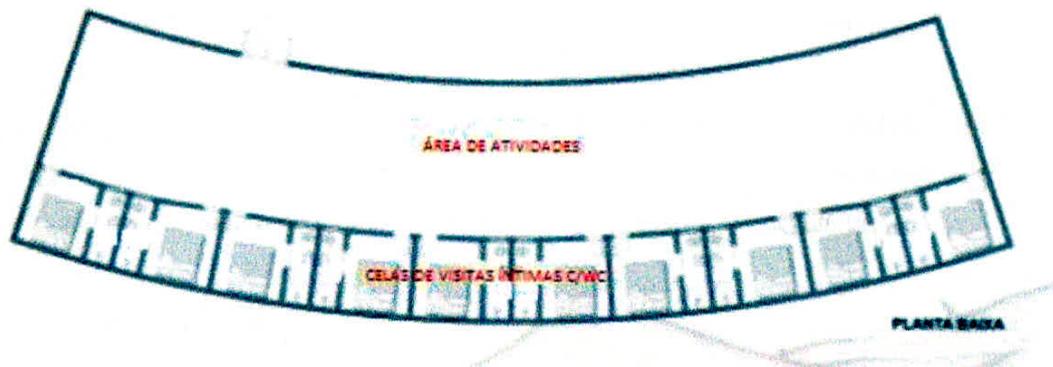
No setor intermediário fica o módulo de tratamento penal, onde ficam localizados a ala de psicologia e saúde (figura 18), e os módulos de celas individuais e área íntima (figura 19).

Figura 18: Ala de psicologia e saúde



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

Figura 19: Módulos de celas individuais e área íntima



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

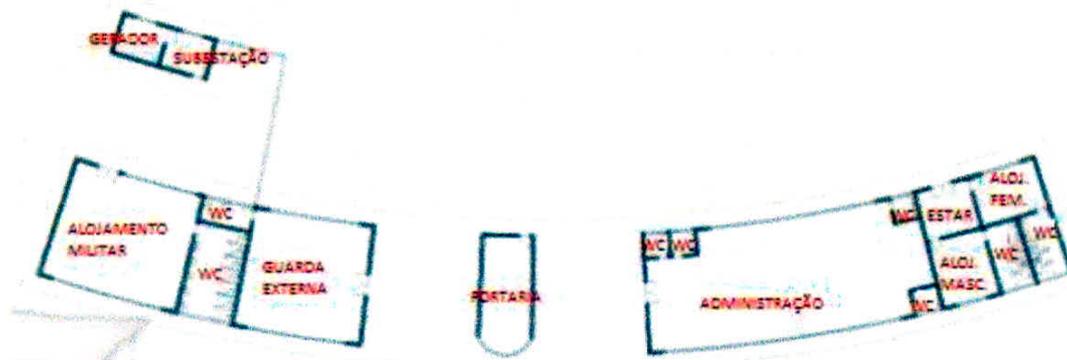
No Setor Externo ficam os módulos de serviços (figura 20), administração e módulo de guarda externa (figura 21), sendo interligados aos demais compartimentos através de uma marquise.

Figura 20: Módulos de serviços



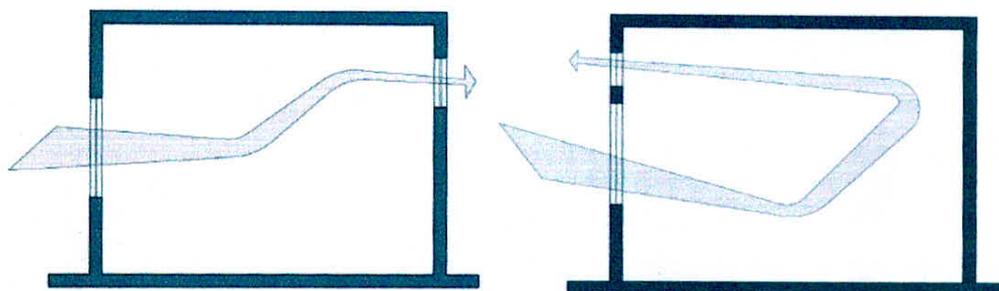
Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

Figura 21: Administração e módulo de guarda externa



Fonte: Disponível em <<http://www.erikasun.com/category/projetos/>> Acesso em 20/11/17

Figura 22: (a) Ventilação cruzada (b) Ventilação em dois níveis



Fonte: Disponível em <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Execucao>> Acesso em 20/11/2017

Lanternins e sheds (figura 23) podem ser adotados para melhorar a circulação de ar (Departamento Penitenciário Nacional, 2012). A ventilação dentro do espaço prisional auxilia no combate a proliferação de fungos e bactérias.

Figura 23: (a) Sheds (b) Lanternins



Fonte: Disponível em <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Execucao>> Acesso em 20/11/2017

Dentro das celas deve-se ter um cuidado maior com a ventilação e a iluminação, pois é o local onde os detentos passam a maior parte do tempo. A posição do mobiliário vai influenciar diretamente, devem-se adotar as camas (figura 24) em paralelo as aberturas de forma que não bloqueia a passagem de ar (Departamento Penitenciário Nacional, 2012).

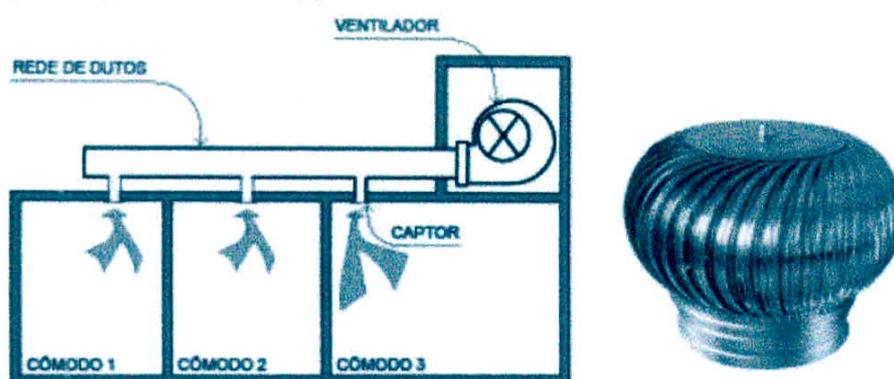
Figura 24: (a) Camas paralelas a ventilação (b) Camas perpendiculares a ventilação



Fonte: Disponível em <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Execucao>> Acesso em 20/11/2017

Devido ao espaço de grandes proporções, nem sempre se consegue utilizar a luz e ventilação natural. Nestes casos é preciso o uso de ventilação artificial, através de exaustores (Departamento Penitenciário Nacional, 2012). A ventilação mecânica em áreas como a cozinha pode ser realizada por meio de um sistema de rede ou individual (figura 25). Nesses espaços a iluminação artificial deve ser feita de forma a complementar a iluminação natural.

Figura 25: (a) Sistema em rede (b) Sistema individual



Fonte: Disponível em <<http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Execucao>> Acesso em 20/11/2017

Espaços amplos, com boa iluminação e ventilação podem ser alcançados através de soluções projetuais que aumentaram a eficiência dos dispositivos de auxílio ao conforto ambiental. O projeto precisa através de um estudo da área propor as melhores soluções para os problemas detectados.

3.3.2 Teoria das cores

A Teoria das Cores proposta por Johann Wolfgang Von Goethe () tratava a percepção de cada indivíduo sobre as cores por meio de “mecanismos da visão e pela maneira como nosso cérebro processa tais informações” (ARAÚJO, 2002; p. 2). Cada cor tem uma influência sobre o ser humano, evocando sentimentos de calma, tranquilidade, agitação e medo por exemplo. Compreender a relação do usuário com o espaço construído por meio do estímulo sensorial causado pelo uso de cores auxiliará no desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os presídios não têm uma preocupação sobre o efeito das cores em seus detentos, os espaços são predominantemente em cores frias, oriunda do material empregado para acabamento como o concreto, ou tons ocres, por serem de baixo custo. Essas tonalidades deixam o espaço com um aspecto impessoal, como algo desassociado daqueles que ali estão.

Cada cor desperta um sentido no ser humano, sendo empregada de forma a complementar a função ao qual a edificação se propõe. Os presídios devem evocar calma e tranquilidade aos detentos, por ser um ambiente visto como ameaçador pela sociedade, precisa-se trabalhar de forma que ele possa coexistir de maneira harmônica com a população e os presidiários. Deve-se adotar o uso de cores claras e suaves nos espaços de convivência (figura 26) como meio de fomentar um convívio equilibrado entre os presos.

Figura 26: (a) Centro de Ressocialização de Ariquemes (b) presídio de Pedrinhas



Fonte: Disponível em <<http://jaruonline.com.br/apos-7-anos-de-obras-atrasadas-presidio-de-r-10-milhoes-e-inaugurado-em-ro/>> Acesso em 20/11/2017

As celas são o espaço em que os detentos passam a maior parte do tempo, por isso o uso das cores deve se distanciar do aspecto frio e impessoal e apostar em cores que evocam alegria e sentimentos positivos. As cores dentro destes espaços devem mesclar sentimentos de alegria e tranquilidade uma vez que os detentos tem ali como seu espaço de descanso e vivência.

3.3.3 Sistema estrutural

O sistema estrutural adotado para esse projeto é o laje-viga-pilar em concreto armado. As lajes e vigas serão em concreto protendido, que podem vencer vãos maiores, que possibilita maior aproveitamento do espaço. Opta-se por esse sistema estrutural por possibilitar maior maleabilidade em trabalhar os diversos módulos. O concreto é o que melhor se adapta a proposta radial feita por este trabalho. Através de formas pode-se obter a modelagem necessária, que atenda a proposta.

3.3.4 Mobiliário

O mobiliário dentro de um presídio deve ser funcional e atenda critérios de ergonomia. O mobiliário dentro das celas deve oferecer conforto e facilidade de uso, pois é o espaço mais utilizado pelos detentos. As camas fixas oferecem maior segurança, além de privacidade aos presos e dentro das celas podem conter mesas e bancos para leitura e estudo, pensados de forma que não obstruam a passagem (figura 27).

Figura 27: Mobiliário



Fonte: Disponível em <http://psdb-mg.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2013/01/penitenciaria-ppp-credito-carlos-alberto_CAP_8190.jpg> Acesso em 20/11/2017

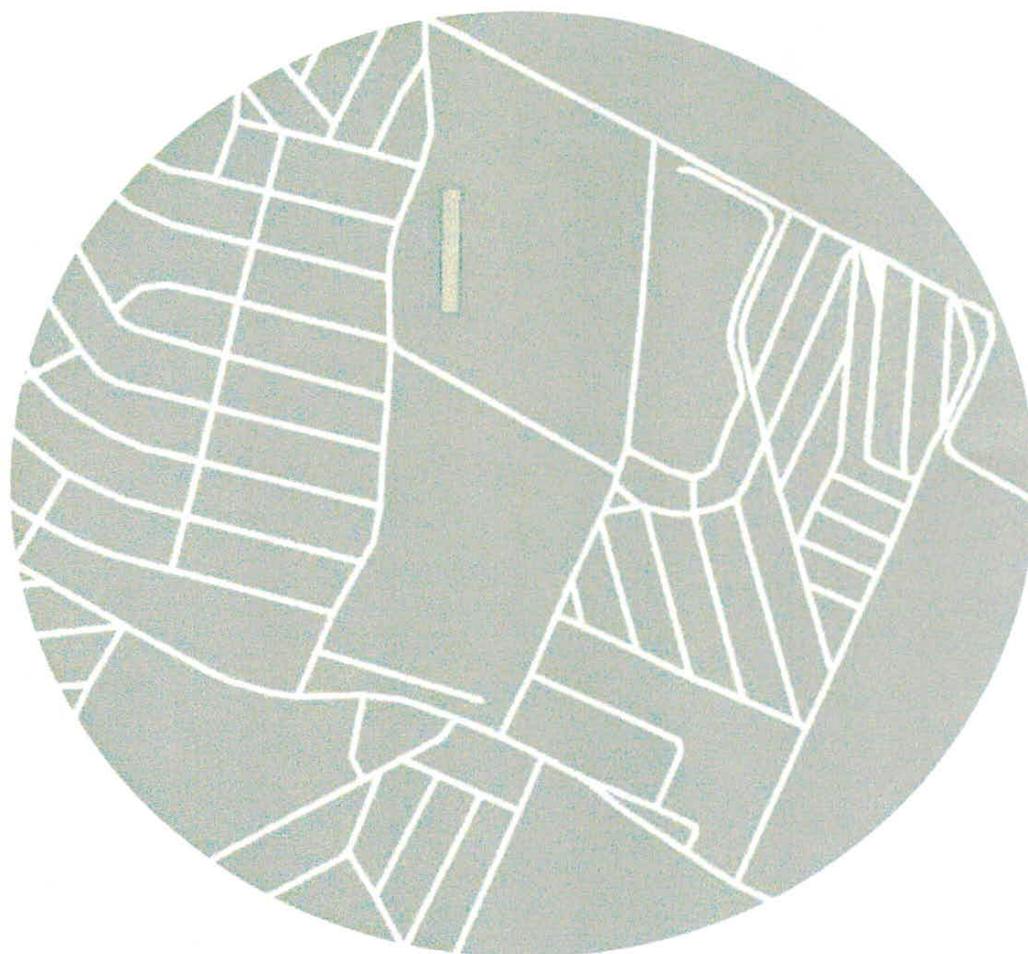
A dinâmica dentro do presídio interfere na evolução dos presos e seu convívio social. Os espaços comuns como biblioteca, salas de aula e oficinas são onde os presidiários vão exercitar a questão social através do convívio com os outros presos e instrutores. O mobiliário, bem como o layout dentro destes espaços deve trazer autonomia as pessoas que usam esse espaço, funcione de modo intuitivo.

4 DIAGNÓSTICO DO TERRENO

4.1 Base cartográfica

A base cartográfica do projeto foi retirada do googlemaps(figura 28), e a forma dos lotes e demais informações foram elaborado pelo autor através de consulta no mapa oficial da cidade de Varginha fornecido pela prefeitura.

Figura 28: Base cartográfica



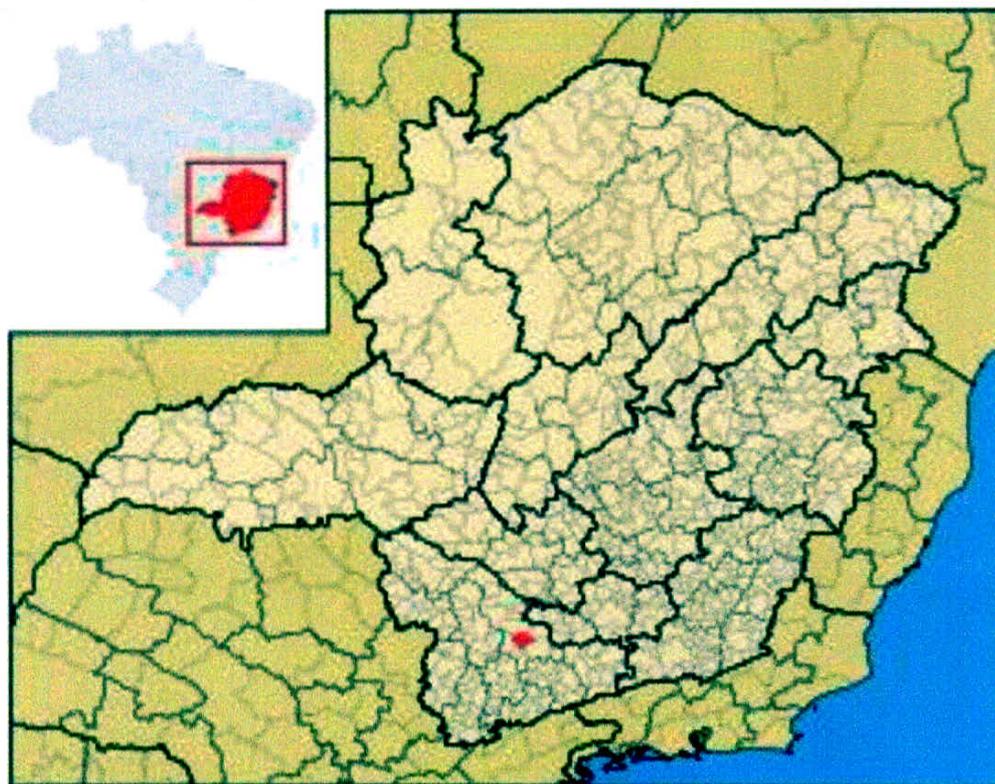
Fonte: Googlemaps

4.2 Aspectos sociais, ambientais e econômicos

Varginha (figura 29) é a terceira cidade mais populosa do Sul de Minas Gerais, com 119.061 habitantes (IBGE, 2010). O relevo do município é bem diversificado, verificando-se desde uma topografia com declives suaves até os mais rigorosos, sendo a altitude máxima é 1,239/m no Morro do Chapéu, e a altitude mínima é de 868/m na Foz do Córrego Tijuco. O território é composto por 4% plano, 80% ondulado e 16% montanhoso.

A cidade apresenta um clima quente e temperado, com maior pluviosidade no inverno do que no verão. A temperatura média é 20.2°C ao longo do ano. A velocidade do vento possui média anual de 1 a 3 m/s.

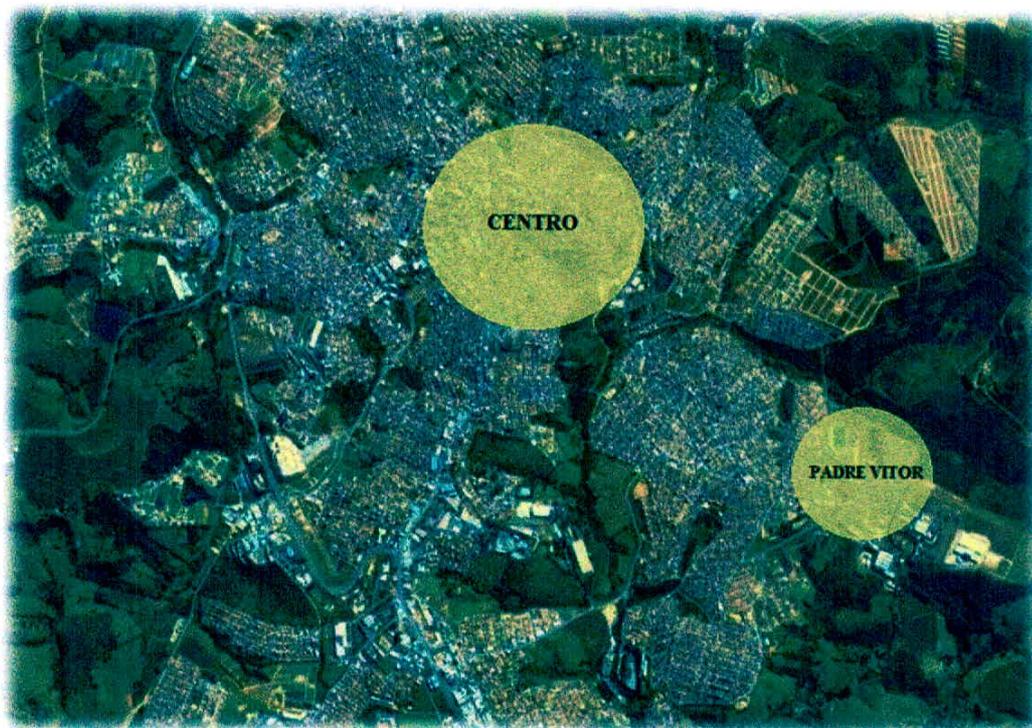
Figura 29: Localização de Varginha



Fonte: IBGE, 2010.

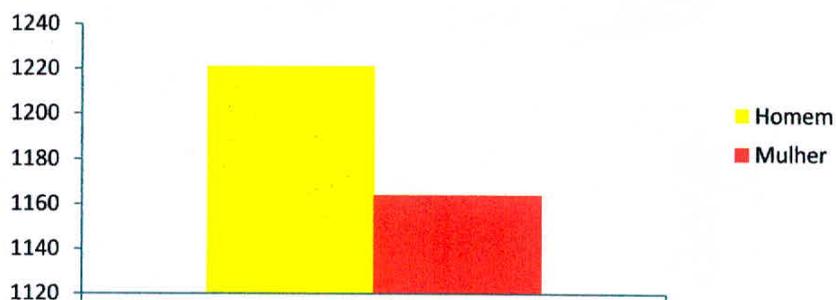
A proposta deste trabalho será realizada implantada no local onde funciona o presídio de Varginha, para uma proposta comparativa de forma que obedecem as diretrizes de implantação de presídios que determina apenas um presídio por localidade. O terreno fica no bairro Padre Vitor localizado no sentido leste de Varginha em relação ao Centro da cidade (figura 30), sendo um bairro classe média baixa, marcado por casos de violência e furtos. De acordo com o censo 2010 a população do Padre Vitor é de 2.385 habitantes, predominante masculina (figura 31).

Figura 30: Bairro Padre Vitor em relação ao Centro de Varginha



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

Figura 31: População homem/mulher



Fonte: O autor com base em dados do IBGE.

4.3 Uso e ocupação do solo

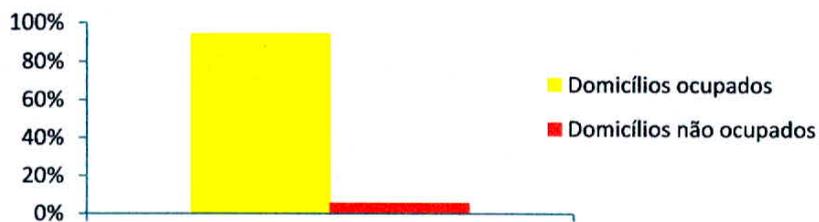
O bairro é em sua maioria residencial (figura 32) e as edificações de uso residencial própria e ocupada (figura 33). Há uma extensa área de lotes vazios, o que propicia um local de expansão futura que possa vir a ocorrer devido ao aumento das famílias dos presidiários que vem morar nas proximidades destes locais

Figura 32: Uso e ocupação do solo



Fonte: O autor com base cartográfica retirada do Googlemaps.

Figura 33: Porcentagem de ocupação

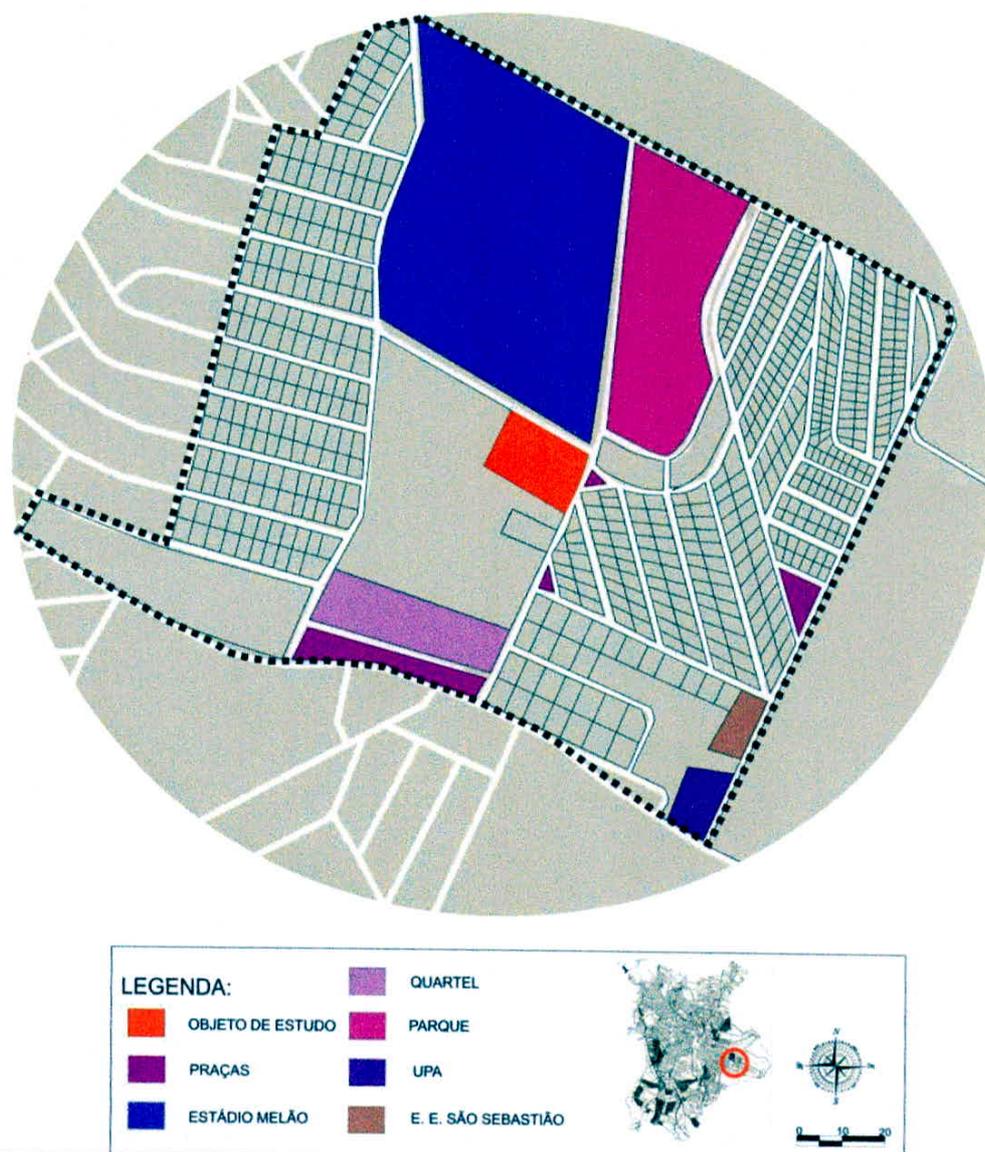


Fonte: O autor com base em dados do IBGE.

4.4 Entorno do terreno

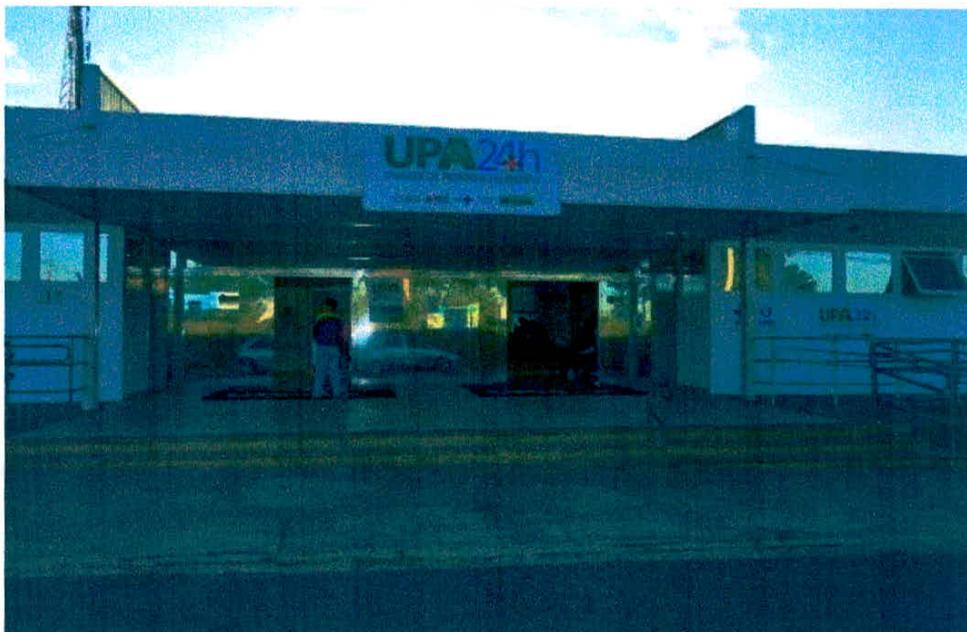
Nota-se um número considerável de equipamentos públicos (figura 34) essenciais para o funcionamento da cidade, como a UPA (figura 35), a escola Estadual São Sebastião (figura 36), o quartel da Polícia Militar (figura 37), a atual cadeia pública de Varginha (figura 38), estádio de futebol Dilzon Melo (figura 39) e Universidade Federal de Alfenas

Figura 34: Equipamentos públicos



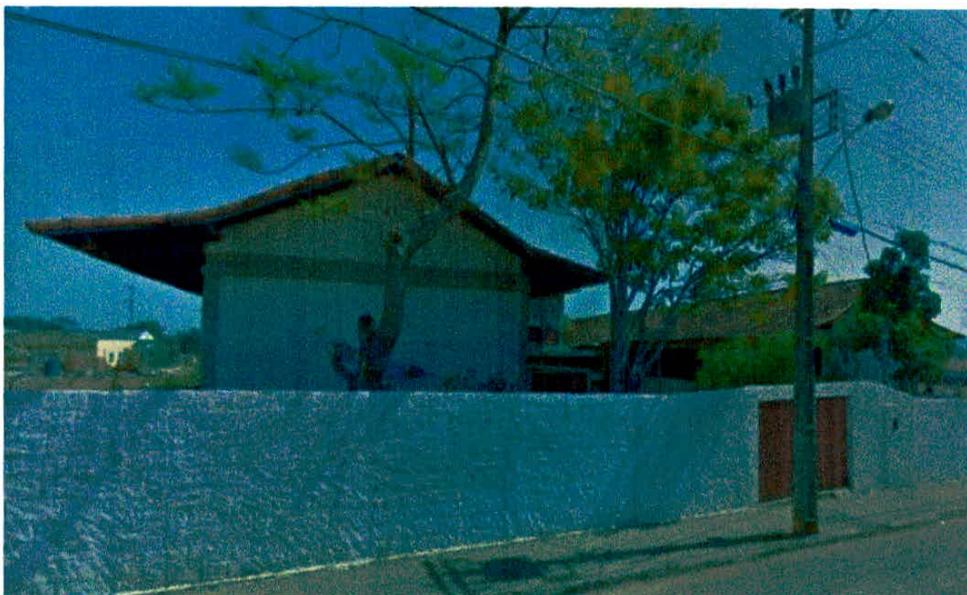
Fonte: O autor com base cartográfica retirada do Googlemaps.

Figura 35: UPA



Fonte: Disponível em <<http://www.comerciodevarginha.com.br/noticias/noticias-90.html>> Acesso em 20/11/17

Figura 36: Escola Estadual São Sebastião



Fonte: Disponível em <Google Earth> acesso em 20/11/17

Figura 37: Quartel da Polícia Militar



Fonte: Disponível em <<https://www.omelhordosuldeminas.com/centro-operacoes-varginha/>> Acesso em 20/11/17

Figura 38: Cadeia Municipal de Varginha



Fonte: Disponível em <<http://correiodosul.com/varginha/situacao-da-cadeia-municipal-de-varginha-e-alarmante/>> Acesso em 20/11/17

Figura 39: Estádio Dilzon Melo

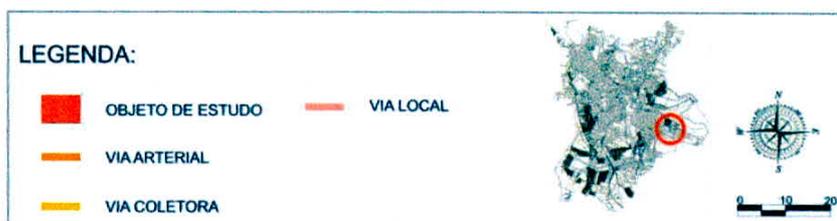
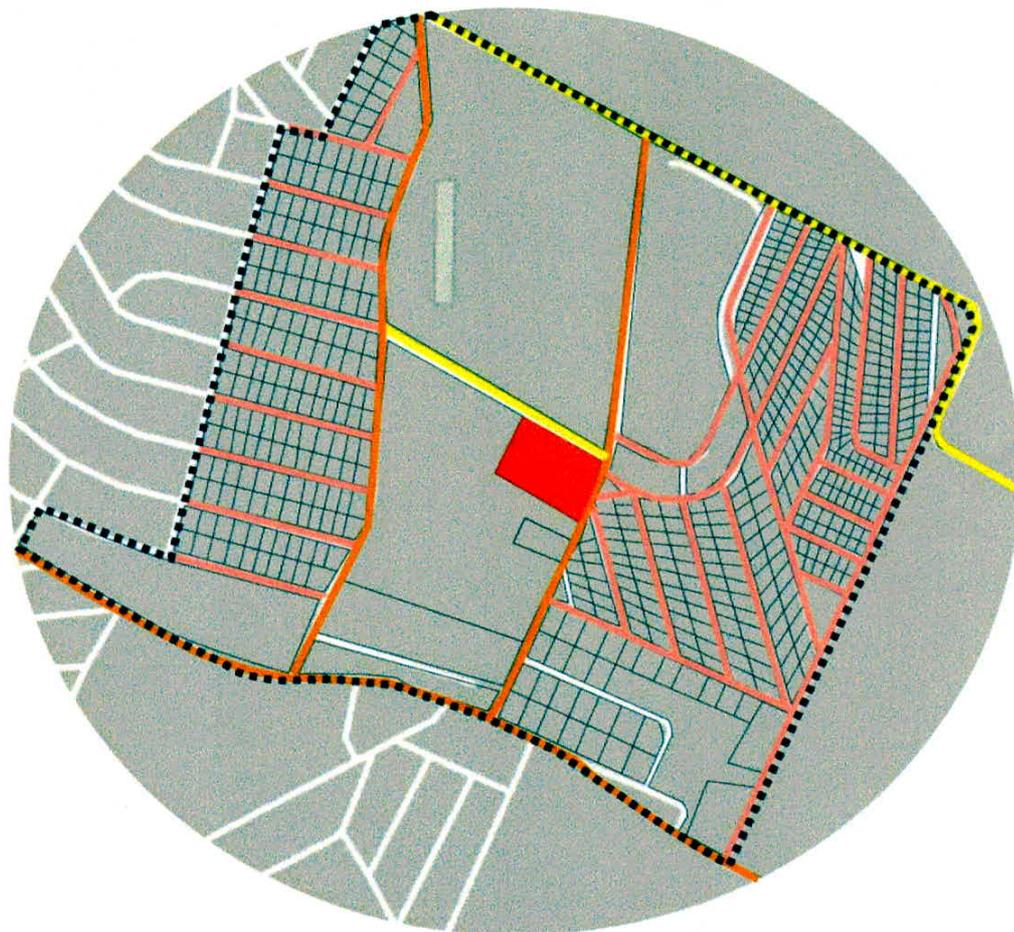


Fonte: <https://alfredojunior.wordpress.com/2012/10/04/imagem-estadio-municipal-dilzon-melo/>

4.5 Transporte e acessibilidade

A locomoção na região é de extrema importância para o funcionamento de diversos equipamentos que se encontram no bairro, sendo necessário um sistema viário bem definido e sem grandes barreiras (figura 40), onde a via arterial é responsável pelo acesso ao presídio, assim como funciona como principal saída e entrada no bairro Padre Vitor.

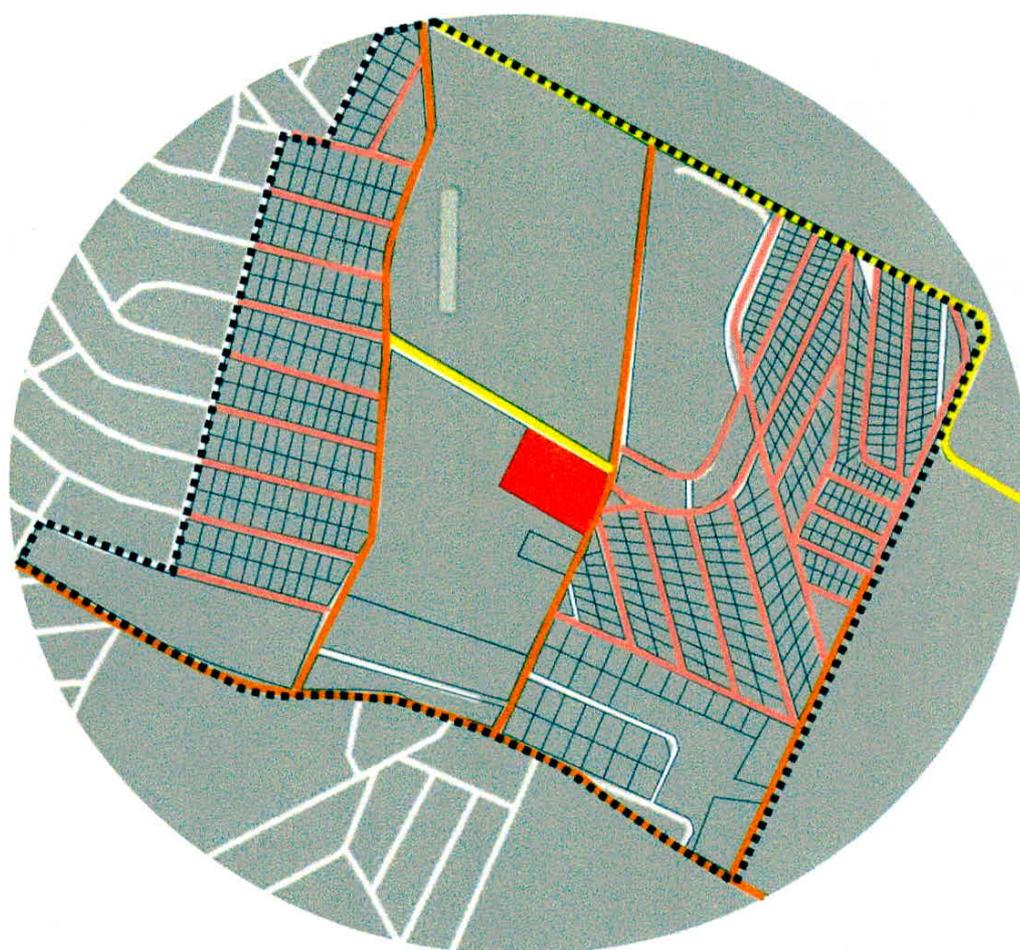
Figura 40: Sistema Viário



Fonte: O autor com base cartográfica retirada do Googlemaps.

O grande fluxo de pedestres (figura 41) sofre uma variação considerável entre as vias analisadas. Na via arterial a um grande fluxo por ser o principal acesso as demais ruas do bairro, as vias locais possuem um fluxo moderado, pois é usado em sua maioria apenas por moradores do local, já a via coletora possui um fluxo leve de pedestres e não oferece segurança as transeuntes, não há fachadas voltadas para a rua e uma grande área ocupada por um terreno baldio

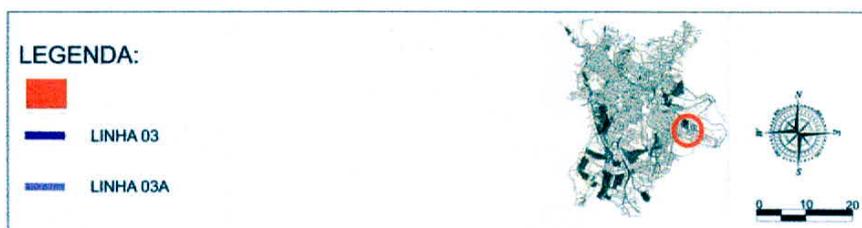
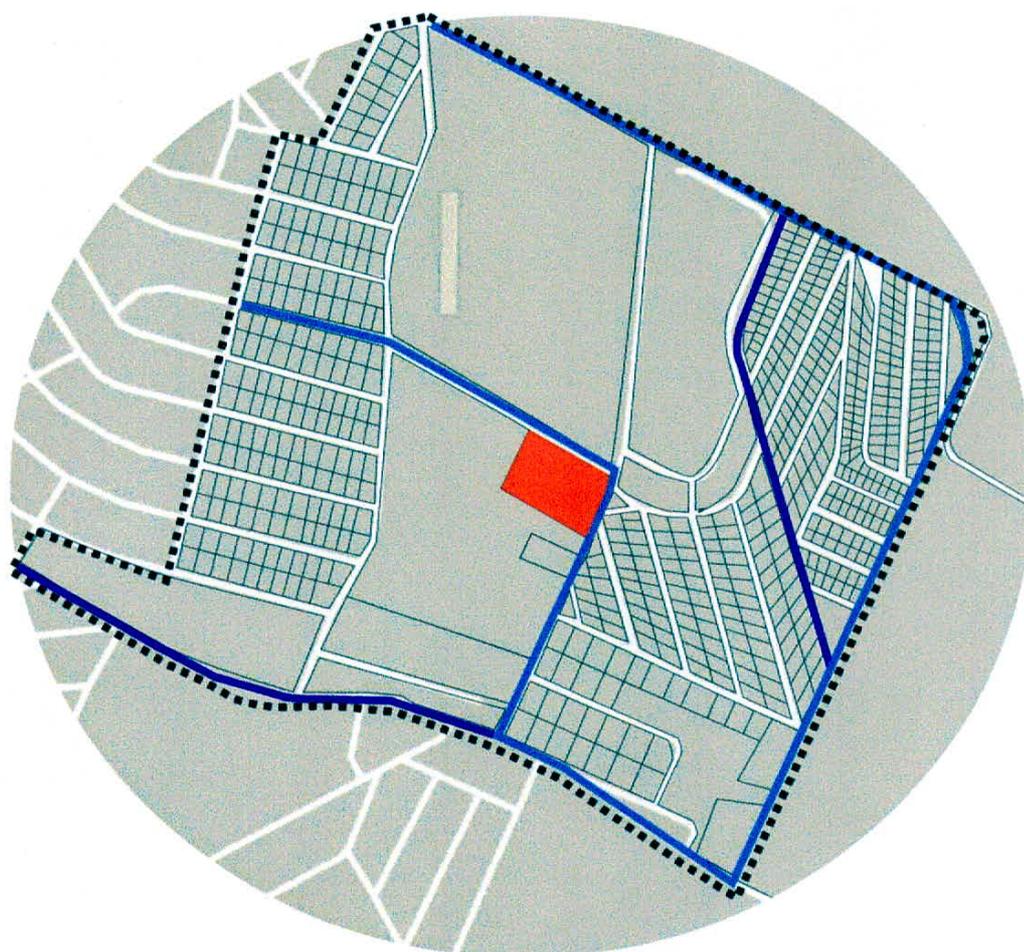
Figura 41: Circulação de pedestres



Fonte: O autor com base cartográfica retirada do Googlemaps

O bairro é atendido por duas linhas de transporte público (figura 42) sendo a linha 03 o principal meio de acesso ao presídio, pois possui uma parada de ônibus em frente à entrada do presídio e como a maioria dos detentos é pertencente à classe média baixa, suas famílias dependem exclusivamente do transporte público coletivo para realizar as visitas.

Figura 42: Linha de ônibus



Fonte: O autor com base cartográfica retirada do Googlemaps.

4.6 Impactos sociais, ambientais e econômicos

A área estudada já possui um presídio implantado, sendo necessário compreender como o aumento do número de presidiários vai influenciar a comunidade como um todo (quadro 2).

Quadro 2: Impactos ambientais, sociais e econômicos		
Questões	Impactos	Medidas
Ambientais	A área utilizada para o presídio será ampliada, usando lotes vagos. A estrutura edificação pode causar um contraste com a paisagem urbana.	Criar uma edificação que se integre de forma harmoniosa ao restante do espaço. Criar mecanismos que dialoguem com as edificações e paisagem natural do entorno
Sociais	O aumento do número de presidiários pode criar uma aversão da comunidade para com aquele espaço.	Criar espaços voltados para comunidade de modo que os moradores locais possam usufruir da edificação e criar uma identificação com o local
Econômicas	O aumento do número de presidiários pode causar uma desvalorização da área.	Criar um projeto que agregue valor a área, além de incentivar atividades que atraiam o comércio para região

5 ESTUDO PRELIMINAR

5.1 Área do terreno

O presídio de Varginha possui a área de 2.766 metros quadrados (figura 43), mas como o espaço da edificação tem se mostrado insuficiente usaremos os lotes vazios ao entorno para dimensionar nossa proposta.

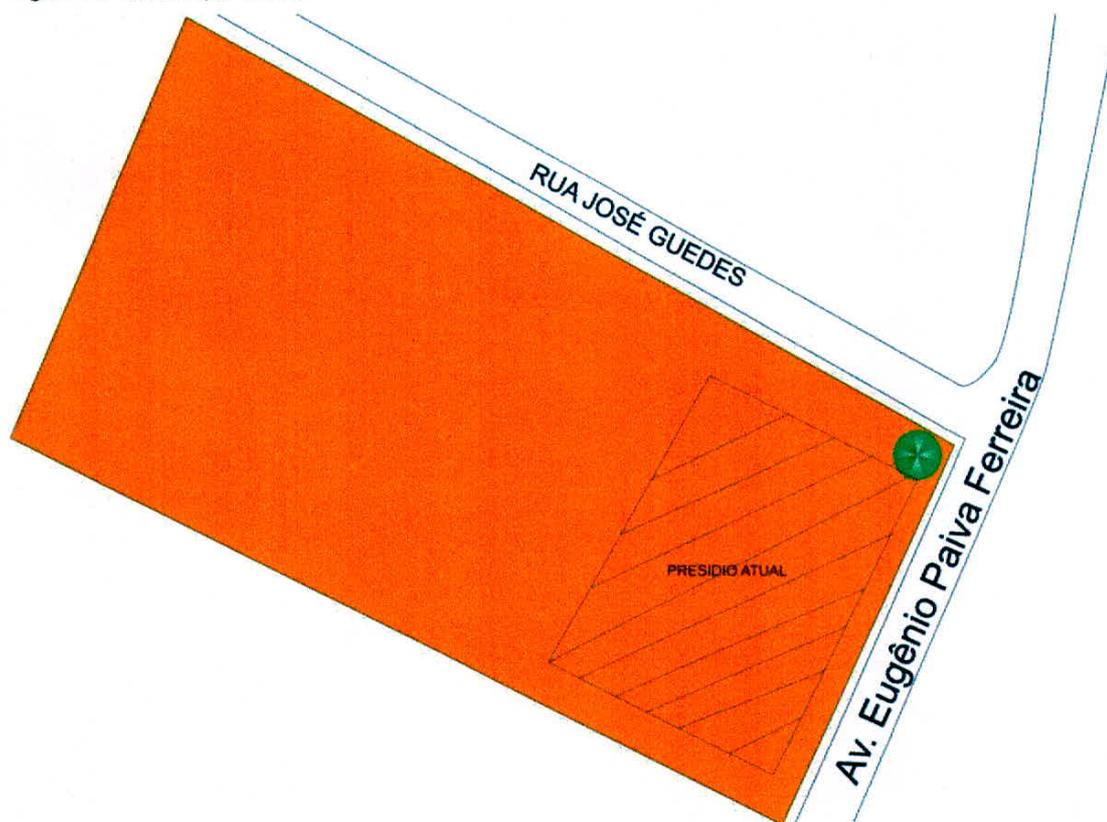
Figura 43: Área presídio



Fonte: Autor com base retirada do googlemaps

O terreno está situado em uma área de esquina, no cruzamento da Av. Eugênio Paiva Ferreira e a Rua José Guedes (figura 44).

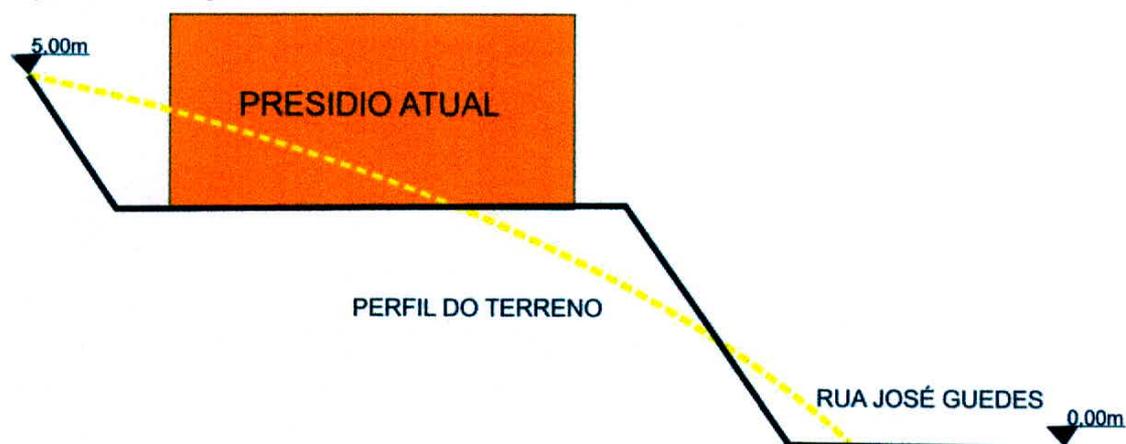
Figura 44: Localização terreno



Fonte: Autor

Por ser uma área já edificada, o terreno é nivelado tendo como ponto 0m a calçada da Av. Eugênio Paiva Ferreira e um talude com desnível de 3 m da rua José Guedes (figura 45).

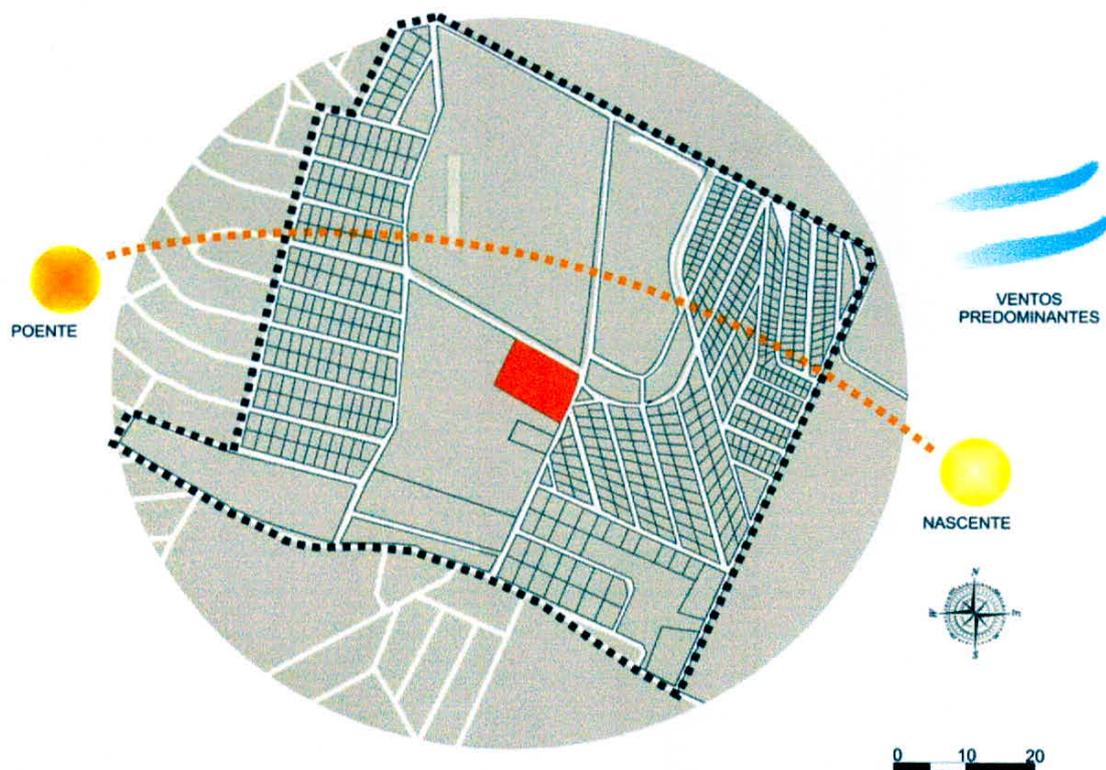
Figura 45: Corte esquemático



Fonte: Autor

A área total do terreno proposto é de 6.884,34 metros. Os ventos predominantes (figura 46) estão a noroeste (CLIMATEMPO, 2017), tendo maior incidência solar na fachada lateral esquerda e na fachada posterior.

Figura 46: Trajetória do sol



Fonte: O autor com base cartográfica retirada do Googlemaps.

5.2 Diretrizes gerais

A implantação de um presídio obedece a diretrizes específicas para esse tipo de edificação uma vez que se trata de um espaço que possui diversas funcionalidades secundárias como serviço de saúde, educação, entre outros, para que de fato cumpra o papel ressocializador destes locais. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) é o órgão responsável pelas diretrizes básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais, lei que foi homologada em 2005.

Neste tópico abordar-se algumas dessas diretrizes e especificações, publicadas pelo CNPCCP, que serão fundamentais para o desenvolvimento deste projeto. Referente à conceituação dos elementos (quadro 3):

Quadro 3: Conceituação dos elementos	
Estabelecimentos penais	Todos aqueles utilizados pela Justiça com a finalidade de alojar ou atender pessoas presas, quer provisórias, quer condenadas, ou ainda aquelas que estejam submetidas à medida de segurança;
Estabelecimentos para idosos	Estabelecimentos penais próprios, ou seções, ou módulos autônomos, incorporados ou anexos a estabelecimentos para adultos, destinados a abrigar pessoas presas que tenham no mínimo 60 anos de idade ao ingressarem ou as que completem essa idade durante o tempo de privação de liberdade;
Cadeias públicas ou estabelecimentos congêneres	Estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas em caráter provisório;
Penitenciárias	Estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas com condenação à pena privativa de liberdade em regime fechado, dotadas de celas individuais e coletivas;
Colônias agrícolas, industriais ou similares	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena em regime semiaberto;
Casas do albergado	Estabelecimentos penais destinados a abrigar pessoas presas que cumprem pena privativa de liberdade em regime aberto, ou pena de limitação de fins de semana;
Centros de observação criminológica	Estabelecimentos penais de regime fechado e de segurança máxima onde devem ser realizados os exames cujos resultados serão encaminhados às Comissões 26 Técnicas de Classificação, as quais indicarão o tipo de estabelecimento e o tratamento adequado para cada pessoa presa;
Hospitais de custódia e tratamento	Estabelecimentos penais destinados a atender pessoas submetidas à medida de segurança;
Complexos ou conjuntos penais	Conjunto arquitetônico de unidades penais que formem um sistema de atendimentos com algumas funções centralizadas e compartilhadas pelas unidades que o constituem;
Central de penas e medidas alternativas	Estabelecimentos destinados a atender pessoas que cumprem penas e medidas alternativas.

Fonte: (CNPCP, 2005)

A capacidade máxima e mínima (tabela 1) destes estabelecimentos penais vai determinar sua definição do seu tipo, assim como “avaliar paralelamente as características administrativas e de tratamento do sistema penitenciário da Unidade da Federação, bem como o tipo ou regime, a categoria e segurança.” (CNPCP, 2005). Alguns parâmetros devem ser observados a depender do modelo adotado ou de forma gera, conforme o definido em tabela:

Estabelecimento Penal	Capacidade Máxima	Capacidade Mínima
Penitenciária de Segurança Máxima Especial	300	60
Penitenciária de Segurança Média ou Máxima	800	300
Colônia Agrícola, Industrial ou similar.	1000	60
Casa do Albergado ou similar	120	20
Centro de Observação Criminológica	300	60
Cadeia Pública	800	30
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	120	20

Fonte: CNPCP.

Não há determinação do partido arquitetônico a ser seguido, mas toda proposta deve oferecer funcionalidade, segurança, conforto e impacto ambientais, assim como liberdade na escolha do sistema construtivo, desde que atenda às prescrições pré-estabelecidas em norma (CNPCP). A norma traz algumas recomendações para trabalhar o partido arquitetônico (quadro 4):

Planejar as ampliações dos estabelecimentos desde o início do projeto, para que as várias dependências destinadas a assistir a pessoa presa possam vir a ser dimensionadas de acordo com a capacidade total a ser atingida;
Planejar as construções de novos estabelecimentos penais de maneira a atender às demandas por novas vagas, sem prescindir de critérios que favoreçam a saúde mental e o conforto ambiental daqueles que usam este espaço;
Compreender a área total do estabelecimento penal a ser construído entre os limites de 12,00 a 60,00m ² de área construída por pessoa presa (inclusive pátios de sol descobertos e a área total de terreno entre os limites de 16,00 e 100,00 m ² de área de terreno por pessoa presa, como forma de fixar a taxa de ocupação)
Fazer uso de áreas verdes, visando a humanizar o ambiente diário da pessoa presa sem deixar de lado as particularidades relacionadas à segurança.
Considerar como unidade de vivência as alas celulares, que, além das celas, devem contar com áreas para lazer diário, refeitório e pátio; esta medida, além de organizar melhor os fluxos internos no estabelecimento, permite uma melhor seleção de pessoas presas segundo sua categoria;
Evitar sobrecarregar e superpor fluxos nas escadas e circulações por onde transitam pessoas presas;
Evitar o uso de subsolos, por uma questão de salubridade. Caso sejam usados, destinar neles as áreas de serviços, desde que atendam a critérios de aeração, salubridade, iluminação natural, entradas e saídas de emergência acessíveis;
Caracterizar no projeto um zoneamento geral intencional que permita a organização de cada fluxo de circulação em particular;
Interligar blocos isolados, quando o partido escolhido assim definir a construção, por passarelas cobertas, fechadas lateralmente ou não, segundo o grau de segurança do estabelecimento;
Ter em conta um cuidado especial na escolha de elementos de composição e de fachada, devido à possibilidade de utilização dos mesmos como esconderijos para pessoas ou objetos;

Evitar barreiras visuais que possam criar pontos cegos em áreas de segurança, tais como: muralhas, corredores de circulação, acessos e telhados etc.

Fonte: (CNPCP, 2005)

Referente aos muros ao redor do terreno a norma determina dois tipos, sendo eles:

Os que cercam áreas de segurança (áreas de permanência prolongada ou de circulação de pessoas presas);

Os que cercam o estabelecimento de maneira geral. (CNPCP, 2005)

Para determinação do terreno, devem ser levados em conta os recuos mínimos necessários (tabela 2) para a implantação das edificações, uma vez que essas especificações pode impossibilitar o uso de alguns terrenos.

Tipologia arquitetônica		Recuo mínimo	
		Muro	Alambrado
Edifício horizontal	Com presença de preso	10	15
	Sem presença de preso	Altura da barreira	10
Edifício vertical	Com presença de preso	$10 + (n^5 - 2)/2$	$15 + (n - 2)/2$
	Sem presença de preso	Altura da barreira = $(n - 2)/2$	$10 + (n - 2)/2$

Fonte: CNPCP

Quanto a acesso e circulação fica determinado:

O acesso de pedestres e de veículos deve ser único, através de portal específico e mediante vistoria. A preocupação de se restringir ao máximo este acesso tem por objetivo conseguir um maior controle na entrada, na saída e na circulação de pessoas. Nos espaços livres do terreno do estabelecimento penal é conveniente verificar a área necessária para circulação de veículos, viaturas de abastecimento, bem como os locais de paradas junto às entradas etc. Também é importante estabelecer a circulação de pedestres por acessos apropriados. Quanto às circulações adotadas na área prisional (módulo de celas individuais ou coletivas), a exigência é a largura mínima de 2,00m para corredores que possuam celas em apenas uma de suas laterais e de 2,50m para aqueles com celas nas duas laterais. Nas passagens cobertas que interligam os módulos, a largura mínima deve ser de 2,50m. (CNPCP, 2005)

Quanto ao programa de necessidades ficam determinados alguns itens que devem ser seguidos, além de evidenciar a obrigatoriedade ou não de alguns setores (tabela 3), dependendo do tipo de edificação proposto.

Programa de necessidades: administrativas; de almoxarifado; de atuação de estagiários; de serviços (alimentação, lavanderia, manutenção); de convivência; de solário; de refeição; religiosas; educativas; esportivas e de lazer; laborais; de visitas

às pessoas; de visita íntima; de atendimento médico; de atendimento odontológico; de atendimento psicológico; de atendimento do serviço social; de atendimento jurídico; de comunicação reservada entre a pessoa presa e seu advogado; de enfermaria; de alojamento para agentes ou monitores; de alojamento para guarda externa; de berçário e/ou creche. (CNPCP, 2005)

Tabela 3: Síntese de Programa de Necessidades Geral por Estabelecimento Penal

Estabelecimento penal	Penitenciária	Colônia*	Cadeia pública	COC**	Albergado	SAPJ***	CPMA****
Módulos							
Guarda Externa							
Agente Penitenciário / Monitor							
Administração							
Recepção/revista							
Centro observação / triagem / inclusão							
Tratamento Penal							
Vivência coletiva							
Vivência individual							
Serviços							
Saúde							
Tratamento para dependentes químicos							
Oficina de trabalho							
Educativo							
Polivalente							
Creche							
Berçário							
Visita íntima							
Esportes							

* Colônia agrícola, industrial ou similar.

** Centro de observação criminológica.

*** Serviço de atenção ao paciente judiciário.

	Existência obrigatória
	Existência facultativa
	Não é necessário

Fonte: (CNPCP, 2005)

Este programa de necessidades deve ser dividido em três setores (quadro 5), que funcionam com uma divisão das várias funções do presídio, onde se controla o que há em cada compartimento e quem tem acesso a ele. Estes setores são essenciais para compor a

setorização do meu projeto e a dinâmica de funcionamento dentro do estabelecimento proposto.

Quadro 5: Setores	
Setor externo	Cujo fluxo componha-se de pessoas estranhas ao estabelecimento (visitas), guarda externa e pessoal administrativo;
Setor intermediário	Onde possam vir a circular pessoas dos setores externo e interno;
Setor interno	Onde o uso é exclusivamente de pessoas presas e de funcionários.

Fonte: (CNPCCP, 2005)

O setor externo (quadro 6) é composto por:

Quadro 6: setor externo	
Módulo da Guarda Externa	Promove apenas a vigilância externa da unidade prisional. É necessário que se localize fora do estabelecimento penal, para um controle mais eficaz em episódios de crise.
Módulo para Agentes Penitenciários	Abriga a guarda interna, cuja função é controlar a entrada e a saída de pessoas presas, de visitantes, de viaturas e a segurança interna do estabelecimento penal. Este módulo poderá ser contíguo ao módulo da administração.
Módulo de Recepção e Revista de Visitantes	Destinam-se a controlar a entrada e a saída de pessoas, veículos, pertences e materiais. Deverá ser a entrada principal do estabelecimento penal.
Módulo de Administração	Funciona como órgão central de controle e administração, abriga a diretoria do estabelecimento e suas dependências administrativas.

Fonte: (CNPCCP, 2005)

No projeto proposto trabalharemos o setor externo de forma que ele tenha uma visão ampla da área interna da edificação e do exterior da edificação de forma que possa detectar quaisquer atividades suspeita ao mesmo tempo em que tem uma visão mais aberta para a comunidade.

O setor intermediário (quadro 7) é composto por:

Quadro 7: setor intermediário	
Módulo de Triagem/Inclusão	Destina-se a receber a pessoa presa quando de sua entrada no estabelecimento.
Módulo de Assistência à Saúde	Provê, em caráter preventivo e curativo, assistência médica, farmacológica, psicológica, entre outras especialidades.
Módulo de Tratamento Penal	Destina-se às atividades de avaliação e de acompanhamento das pessoas presas, devendo funcionar em conjunto com a equipe de saúde e, se possível, próximo ao Módulo de Saúde.

Módulo de Serviços	Este módulo deverá conter cozinha, lavanderia, almoxarifado, padaria etc., e, preferencialmente, usar a mão de obra das pessoas presas, servindo como curso profissionalizante.
--------------------	---

Fonte: (CNPCCP, 2005)

O setor intermediário será trabalhado na proposta de forma a circundar as atividades do setor interno, funcionando como barreiras físicas e dando maior acesso aos detentos a esses compartimentos.

O setor interno (quadro 8) é composto por:

Quadro 8: setor interno	
Módulo Polivalente	Destina-se, primordialmente, à prática de cerimônias e cultos religiosos, peças teatrais, atividades esportivas e visitas de familiares.
Módulo de Visitas Íntimas	Destina-se a propiciar à pessoa presa o acesso à visita íntima dos (as) esposos (as) ou companheiros (as) hetero ou homoafetivos.
Módulo de Ensino Espaço	Destinado às atividades de ensino formal, informal e profissionalizante e atividades da comunidade com as pessoas presas.
Módulo de Oficinas	Com sentido profissionalizante, será utilizado para favorecer as pessoas presas no desenvolvimento de competências para o convívio social e também para o trabalho remunerado.
Módulo de Vivência Coletiva	Este módulo deverá representar unidade autônoma, contando com espaços que sejam usados pelas pessoas presas em seu dia-a-dia, tais como: área coberta para refeitório, lazer, pátio de banho de sol etc.
Módulo de Vivência Individual	Este módulo será implantado para abrigar pessoas presas que estão em condição de oferecer risco para outros, além daquelas que, por lei, devem estar separadas a demais.
Módulo de Esportes	Este módulo destina-se a atividades esportivas, será composto de uma quadra poliesportiva medindo 20,00m x 40,00m, e recuos 74 de 2,00m.

Fonte: (CNPCCP, 2005)

O setor interno será trabalhado de forma que os módulos de vivência coletiva, módulo de oficinas, módulo de ensino espaço, sejam centralizados na área de implantação do projeto e todos os demais módulos sejam inseridos ao redor destes.

Essas diretrizes estipuladas em norma são fundamentais para elaboração do estudo preliminar e através delas serão determinados o programa de necessidades bem como a setorização da edificação.

5.3 Programa de necessidades

Baseado no modelo da APAC de Santa Luzia foi desenvolvido o seguinte programa de necessidades:

5.3.1 Regime fechado

Destinado ao recuperando no cumprimento de pena integral. Comporta (tabela 4):

Tabela 4: regime fechado			
Programa de projeto / ambiente	Descrição	Usuários	Área mínima (m ²)
Onze alojamentos para 66 vagas	Dormitórios dos recuperandos, sendo 6 detentos por cela com 1 sanitário, 1 lavatório e 1 chuveiro.	Recuperandos e agentes penitenciários	15/por alojamento
Refeitório	Espaço destinado ao preparo e disponibilização da refeição dos recuperandos	Recuperandos e funcionários responsáveis pela área	1/ por usuário
Sala de aula	Espaço destinado para os recuperandos que desejam concluir os estudos	Recuperandos e professores	15
Biblioteca	Espaço destinado a estudo	Funcionários e recuperandos	100
Oficinas	Espaços destinados àqueles que desejam aprender algum ofíciã	Funcionários e recuperandos	20
Pátio / quadra	Espaço destinado ao lazer e pratica de exercícios físicos	Responsáveis técnicos	200
Instalações sanitárias	Espaço destinado a funcionários	Funcionários	7,5
Apartamentos para encontros íntimos	Espaço para encontro íntimo	Recuperandos, cônjuges e funcionários	9
DML/copa	Espaço destinado aos funcionários que trabalham diretamente com os recuperandos	Funcionários	12

Fonte: autor

5.3.2 Regime semiaberto

Destinado ao recuperando no cumprimento de pena integral, porém de forma mais livre, com espaços abertos e de maior flexibilidade. Comporta (tabela 5):

Tabela 5: regime semiaberto			
Programa de projeto / ambiente	Descrição	Usuários	Área mínima (m ²)
Três alojamentos para 18 vagas;	Dormitórios dos detentos, sendo 6 detentos por cela com 1 sanitário, 1 lavatório e 1 chuveiro.	Detentos e carcereiros	15
Refeitório / sala de TV;	Espaço destinado ao preparo e disponibilização da refeição dos detentos	Detentos e funcionários responsáveis pela área	1/ por usuário
Sala de aula;	Espaço destinado para os detentos que desejam concluir os estudos	Detentos e professores	15
Biblioteca	Espaço destinado a estudo	Funcionários e detentos	100
Oficinas;	Espaço destinado aqueles que desejam aprender algum ofício	Funcionários e detentos	20
Quadra;	Espaço destinado ao lazer e pratica de exercícios físicos	Responsáveis e técnicos	200
Lavanderia;	Espaço destinado a limpeza e higienização de roupas em geral	Médicos responsáveis e detentos	20
Horta;	Espaço para plantio e cultivo de hortaliças e legumes	Detentos em regime semiaberto	20
Apartamentos para encontro íntimo.	Espaço para encontro íntimo	Detentos, conjuges e funcionários	9

Fonte: autor

5.3.3 Administração

Destinada aos profissionais do corpo de gestão, apoio e atendimento aos recuperandos e a seus familiares. Comporta (tabela 6):

Tabela 6: administração			
Programa de projeto / ambiente	Descrição	Usuários	Áreamínima (m ²)
Setor administrativo	Espaço destinado para questões administrativas e financeiras	Funcionários responsáveis pela área administrativa e financeira do local	12
Diretoria	Espaço destinado a reuniões e resolução de problemas do presidio	Gerente administrativo e responsável	8
Secretaria	Espaço destinado para obter informações e receber documentação	Secretárias	4
Instalações sanitárias	Espaço destinado a necessidades fisiológicas	Funcionários e familiares dos recuperandos	1/ por usuário
Atendimento família	Espaço destinado a resolução de quaisquer questões referente a familiares dos recuperandos	Responsáveis técnicos e familiares	8
Atendimento técnico	Espaço destinado a resoluções de questões referentes ao funcionamento do presidio	Responsáveis técnicos	8
Consultórios	Espaço destinado a tratamento dos recuperandos	Médicos responsáveis e recuperandos	7,5
Guarda externa	Espaço destinado a segurança externa	Carcereiros e equipe responsável	20
Alojamento militar	Espaço de repouso da equipe de segurança	Equipe de segurança	30
Copa	Espaço destinado a refeição dos funcionários	Funcionários	16

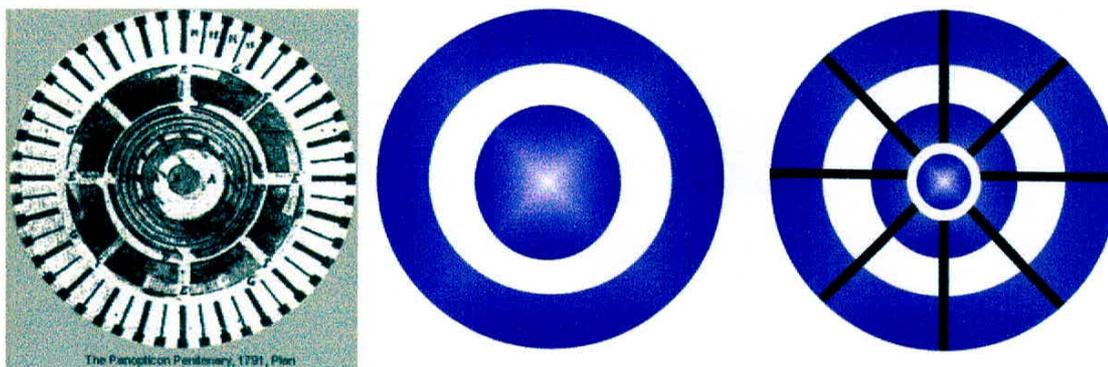
Fonte: autor

5.4 Conceito e Partido Arquitetônico

A disposição dos volumes surgiu do modelo panóptico de Bhetham, invertendo os usos, onde a torre de vigilância central e trocada pela biblioteca criando um espaço que inverte o sentimento de opressão e medo, pelo de acolhimento. Através da planta baixa panóptico criou-se, partindo do centro, formas circulares onde serão trabalhados os diversos módulos.

A dissolução de um único círculo ao redor do ponto central em várias seções (figura 47) cria os caminhos livres, que darão mais liberdade aos detentos dentro da instalação.

Figura 47: Volumes

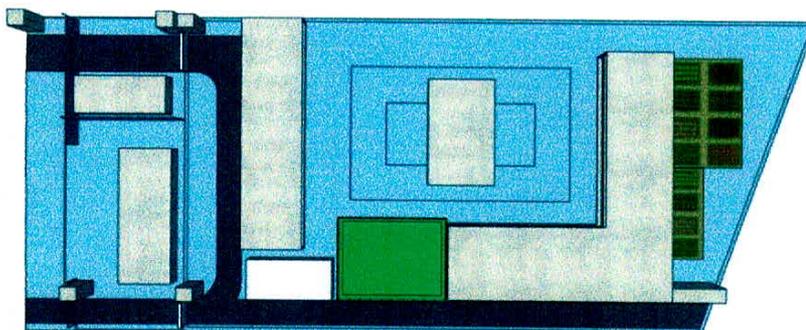


Fonte: Autor

Partindo do conceito adotado, o projeto proposto tem como premissa uma fluidez entre os espaços, onde o detento possa se apropriar não apenas do espaço edificado, mas também dos caminhos que ligam cada edificação.

O estudo volumétrico parte do centro, mas usando formas retas e puras, diferenciando-se do panóptico, mas sem abandonar a premissa de os demais módulos circundando a área cultural e de ensino (figura 48).

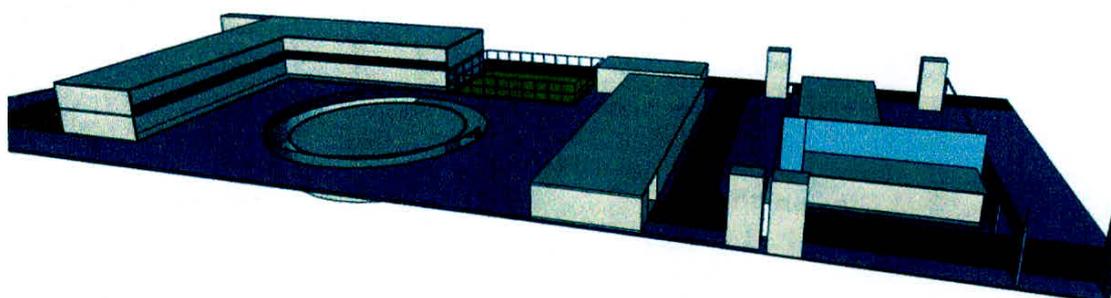
Figura 48: Partido



Fonte: O autor

A forma da área cultural foi modificada, pois precisava-se de um espaço mais convidativo. Neste ponto foi usado uma forma circular subterrânea (figura 49), deixando a área de ligação entre o módulo e o módulo livre.

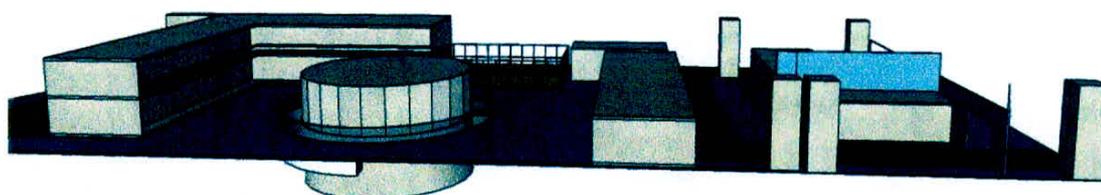
Figura 49: Partido



Fonte: Autor

Logo após viu-se a necessidade elevar essa forma acima do térreo (figura 50), para pulverizar o pátio único em um espaço mais dividido, além de trazer privacidade aos detentos e separar os módulos.

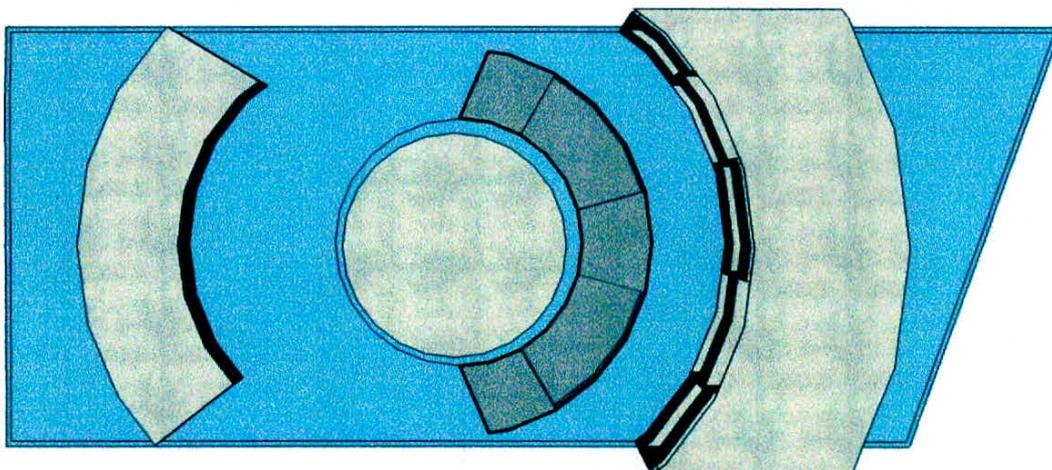
Figura 50: Partido



Fonte: Autor

Toda a volumetria foi mudada para forma radial, pois se considerou ser a mais indicada para fazer esta humanização do espaço, criando um pátio que dialoga-se com toda a edificação e possibilita-se maior liberdade aos detentos, sendo esta a melhor forma para resolver o espaço prisional (figura 51) proposto.

Figura 51: Partido

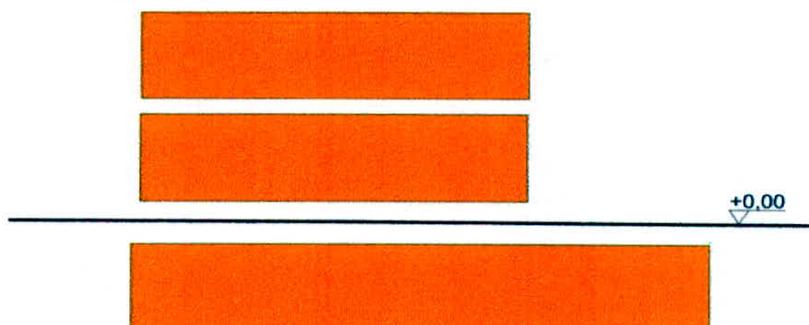


Fonte: Autor

A volumetria final obtida traz maior definição dos módulos, de forma que as questões de segurança possam ser mais bem resolvidas, além de criar um espaço interno mais confortável para os presidiários.

O prédio central é composto por dois pavimentos e subsolo (figura 52) onde estarão divididos os módulos polivalentes. Essas atividades poderão acontecer de forma simultânea, com a criação de maior variedade e atendimento do maior número possível de detentos, além de possibilitar maior controle do tempo.

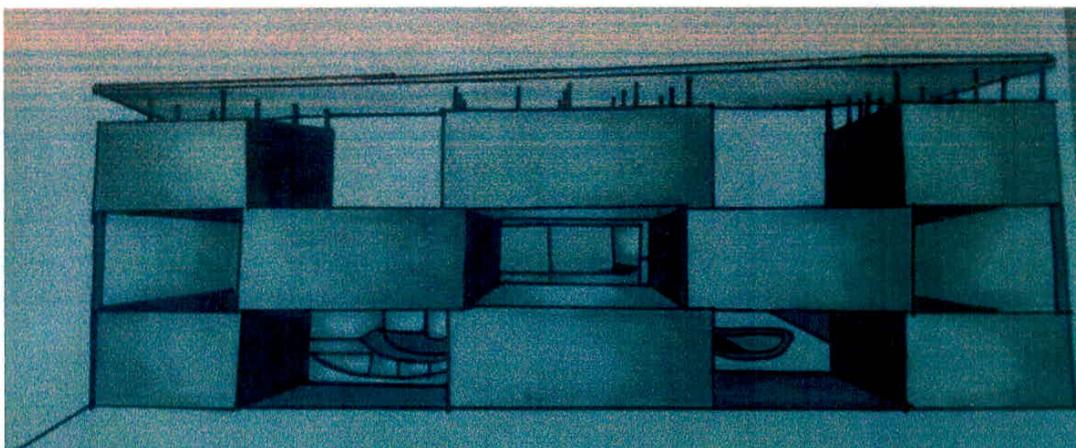
Figura 52: Partido prédio central



Fonte: Autor

O módulo de permanência é composto por quatro pavimentos (figura 53), onde estarão distribuídos as celas e um espaço para convivência coberta. A forma do módulo foi modificada, pois criava espaços de convivência muito isolados, separando os presos em grupos.

Figura 53: Partido prédio de celas

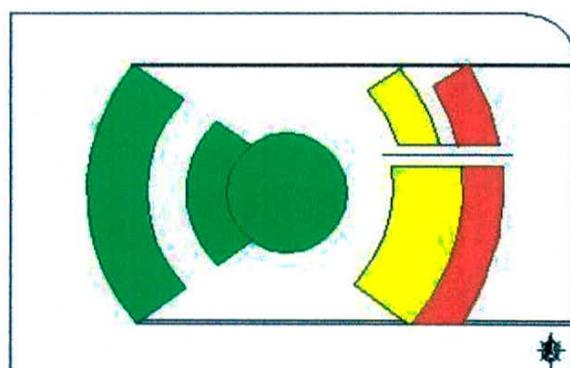


Fonte: Autor

O setor intermediário e o setor externo são ligados entre si por uma única barreira, que garante segurança e conforto, porém o módulo intermediário está voltado para os presidiários uma vez que eles usam estes espaços e o setor externo está voltado para a rua de forma a mostrar-se para a sociedade e criar um diálogo com o meio em que está inserido.

O presídio é dividido em três setores (figura 54) definidos em norma. Estes setores por sua vez auxiliam na setorização dos módulos. O projeto parte do centro da edificação onde serão implantados os módulos culturais, e todos os demais partem deste ponto, circundando esta área de forma que tudo esteja interligado. Esta setorização auxiliou na realização do estudo preliminar (anexos)

Figura 54: Setores



LEGENDA:

- EXTERNO
- INTERMEDIÁRIO
- INTERNO

5.5 Análise do projeto

5.5.1 Setor externo

O setor externo (apêndice 3) é formado pela área destinada a guarda e a área administrativa. Na guarda fica localizado o alojamento militar destinado aos responsáveis pela segurança no período noturno a qual fazem plantão. Há na área para guarda externa responsável pela segurança, com copa e vestiário. Por fim a área de revista destinada a veículos e a portaria de controle de saída e entrada de veículos.

A área administrativa fica no segundo pavimento(apêndice 4), sobre o setor intermediário. Não há acesso direto entre a área administrativa e o setor intermediário e o setor interno, sendo o acesso por rampa externa. Nesta área além de abrigar a parte de administração do presídio também possui uma sala para assistência social como meio de suporte as famílias dos detentos e um salão para atividades voltadas para a comunidade com intuito de modificar a visão negativa da comunidade sobre o presídio.

5.5.2 Setor intermediário

O setor intermediário(apêndice 3) é formado pela área de saúde, área íntima e refeitório. A área de saúde (apêndice 3) conta com diversas salas voltadas para questões rápidas como curativos e esterilização, bem como enfermaria em casos de internações de baixo risco e consultório médico e odontológico para atender conforme a demanda do presídio. Por ser uma área com materiais perigosos o acesso é restrito e o detento só tem acesso aos consultórios acompanhado de um guarda, após passar pela área de espera e guarita. A iluminação e ventilação na área de saúde são prioritariamente artificiais.

A área íntima (apêndice 3) destinada ao encontro dos detentos e seus conjugues e composta por quartos individuais com banheiro para maior privacidade. A iluminação e a ventilação se dão por meio de aberturas zenitais.

A área do refeitório(apêndice 3) é composta de maneira que haja interação entre os detentos que são responsáveis pelo preparo dos alimentos juntamente com o corpo técnico. Todo alimento passa por processo de revista antes de ser armazenado e o preparo se dá em uma cozinha industrial. Há uma área destinada aos funcionários que auxiliam no preparo e na segurança. O setor de revista de visitantes apesar de ficar neste bloco não possui qualquer ligação com as atividades da cozinha.

O refeitório onde os detentos realizam suas refeições é feito de forma a funcionar em turnos, uma vez que estes mesmos são responsáveis pela distribuição e limpeza. A padaria do presídio serve como local de oficina profissionalizante. A lavanderia funciona em turnos para que os detentos possam lavar seus pertences. Há iluminação e ventilação se dá por meio de recursos artificiais e sheds.

5.5.3 Setor interno

O setor interno (apêndice 5) é composto pelos dormitórios dos detentos e o setor profissionalizante. Na área de dormitório cada cela (apêndice 7) é feita para atender seis detentos e suas necessidades básicas, tendo banheiro compartilhado entre eles, mesa, prateleira para guardar seus pertences e bebedouro.

A vedação na área de circulação é feita por brises fixos que garantem segurança e conforto térmico. Para uma melhor circulação de ar foi feitos dutos para saída de ar na parede próximo as áreas molhadas. Eles são vedados por grelhas que impedem a passagem de objetos. Para assegurar a ventilação necessária para as áreas molhadas foi instaurados grelhas no final das paredes. As paredes entre as celas e a área de circulação são vazadas.

A área profissionalizante é formada por três pavimentos (apêndice 6). No primeiro (apêndice 3) se encontra as oficinas variadas, no segundo (apêndice 4) salas de aulas para aqueles que desejam terminar os estudos e no terceiro (apêndice 5) uma biblioteca de uso livre, monitorada pelos próprios detentos e uma sala de alfabetização. Ao lado da edificação fica a horta comunitária (apêndice 5) em nível abaixo da rua. Sua cobertura é transparente para que os detentos possam observar seu trabalho.

CONCLUSÃO

A precariedade do sistema prisional brasileiro tem gerado nas últimas décadas debates políticos e acadêmicos, com intuito de compreender problemas, desafios e soluções. A arquitetura vem como meio de propor uma nova dinâmica prisional, de modo que aqueles que cometeram algum delito possam ter novas oportunidades de viver em sociedade. É importante a arquitetura pensar estes tipos de espaço, pois e por meio destes estudos que se compreende qual a necessidade dos presidiários como será apropriação desses locais e seus usos.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso foi elabora para além de propor um espaço que ofereça aos detentos qualidade de vida e oportunidades, trazer a tona a questão dos presídios brasileiros na atualidade e compreender como a arquitetura pode ser um meio decisivo na construção de espaços mais humanos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rafael Damaceno de. A Realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da Pena de Prisão: Causas e alternativas**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva 2004.

BRASIL. **Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**. Diretrizes básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. - Brasília: CNPCP, 2005.

CORDEIRO, Suzann. **Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. Revista Vitruvius, abr. 2005

ESTECA, Augusto Cristiano Prata. **Arquitetura Penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal**. Brasília, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da FAU, 2010.

FALCÃO, Ana Luísa Silva Marcus; CRUZ, Vinícius Gonçalves da. **O método APAC: análise sob a perspectiva de alternativa penal**. Centro de convenções Ulysses Guimarães, Brasília-DF, 2015.

FERREIRA, Lucimar Antunes Corrêa. **Associação de Proteção e Assistência ao Condenado- APAC: Mais do que uma possibilidade, uma necessidade**. UNIPAC- Ipatinga – MG, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GARBELINI, Sandra Mara. **Arquitetura prisional, a construção de penitenciárias e a devida execução penal**. Ciências Penais/ UFG, 2004.

GHIRARDO, Diane Yvonne. Introdução. In: **Arquitetura contemporânea: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 1 – 43.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

POSSOLLI, Gabriela Eyng. **Panóptismo como dispositivo de controle social e exercício de poder**. PUCPR. Comunicação e Semiótica: teoria e crítica da sociedade da informação, 2004.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. São Paulo: Ed. Saraiva 2010.

SANTOS, Mauro et al. **Manual de intervenções ambientais para o controle da tuberculose nas prisões**. Rio de Janeiro: Departamento Penitenciário Nacional, 2012.

TADEU, T. **O Panóptico**, Belo Horizonte, Ed Autêntica, 2000.

THOMPSON, Antônio. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Ed. Florense, 1980.

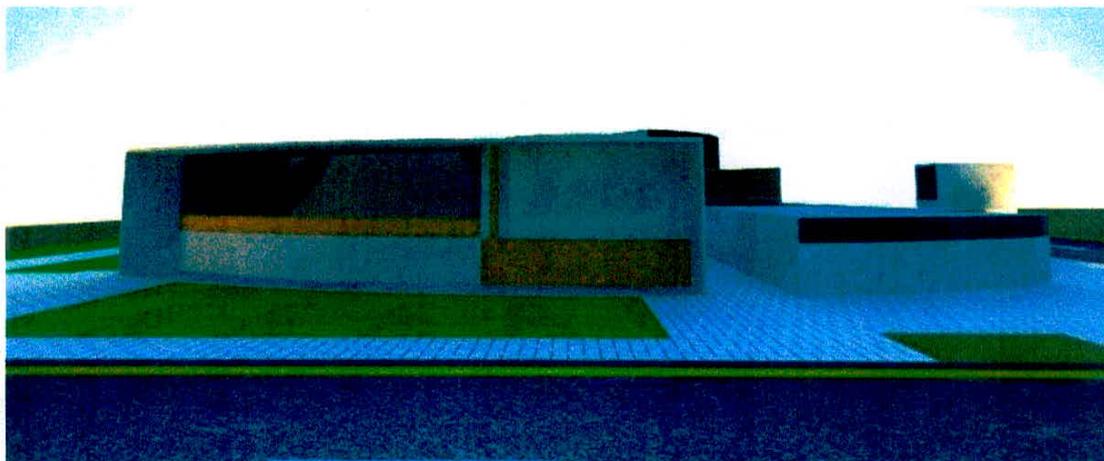
APÊNDICE 1

Cronograma						
Descrição das Atividades	2017					
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Etapa 1: Elaboração de Projeto de Pesquisa						
Definição do projeto de pesquisa						
Discussão com o orientador						
Etapa 2: Referencial Teórico						
Levantamento bibliográfico para fundamentação teórica						
Desenvolvimento da fundamentação teórica						
Discussão com o orientador						
Etapa 3: Estudos projetuais						
Elaboração dos referenciais projetuais						
Discussão com o orientador						
Elaboração do diagnóstico da área						
Discussão com o orientador						
Conceito, partido e programa de necessidades.						
Discussão com o orientador						
Correção final						
Defesa Pública - TCC I						
Correção do TCC I						

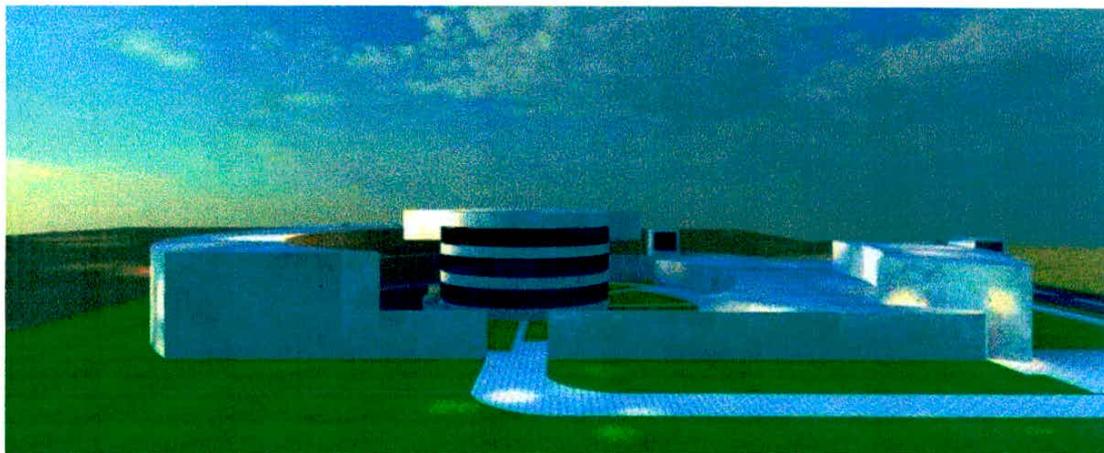
APÊNDICE 2

ESTUDO VOLUMÉTRICO

Fachada frontal



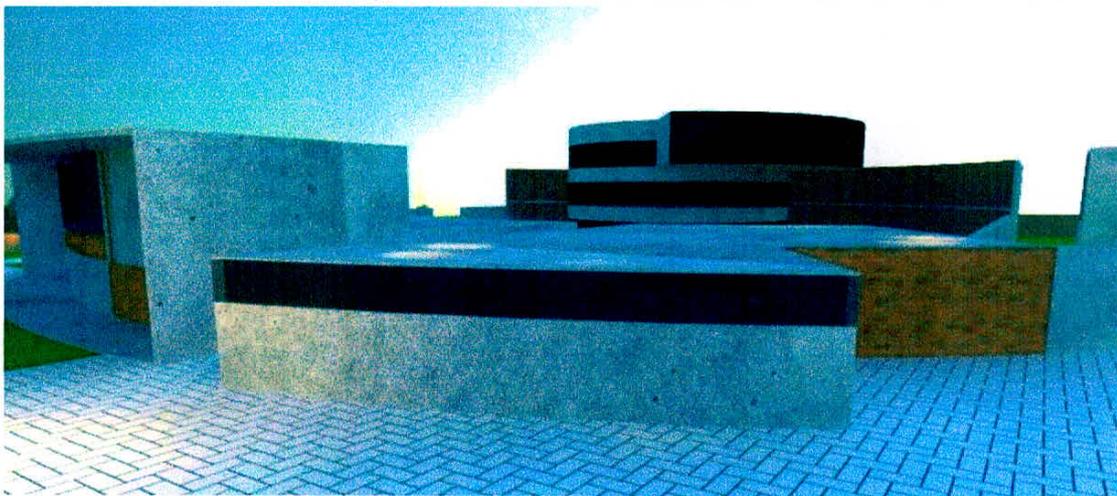
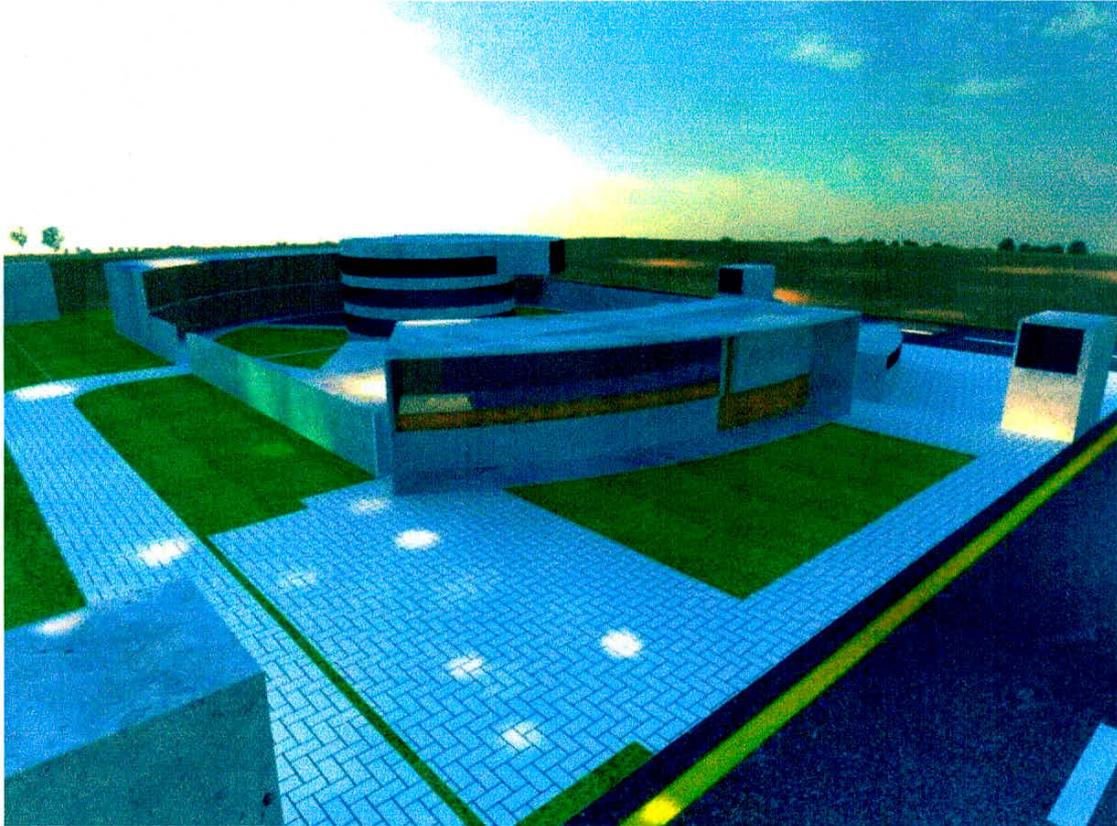
Fachada lateral direita

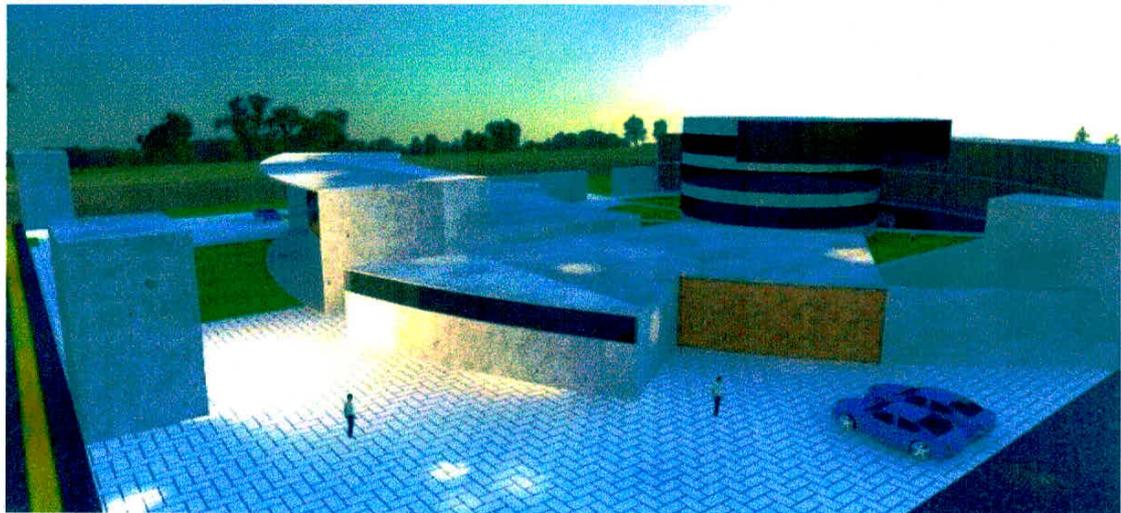


Fachada lateral esquerda

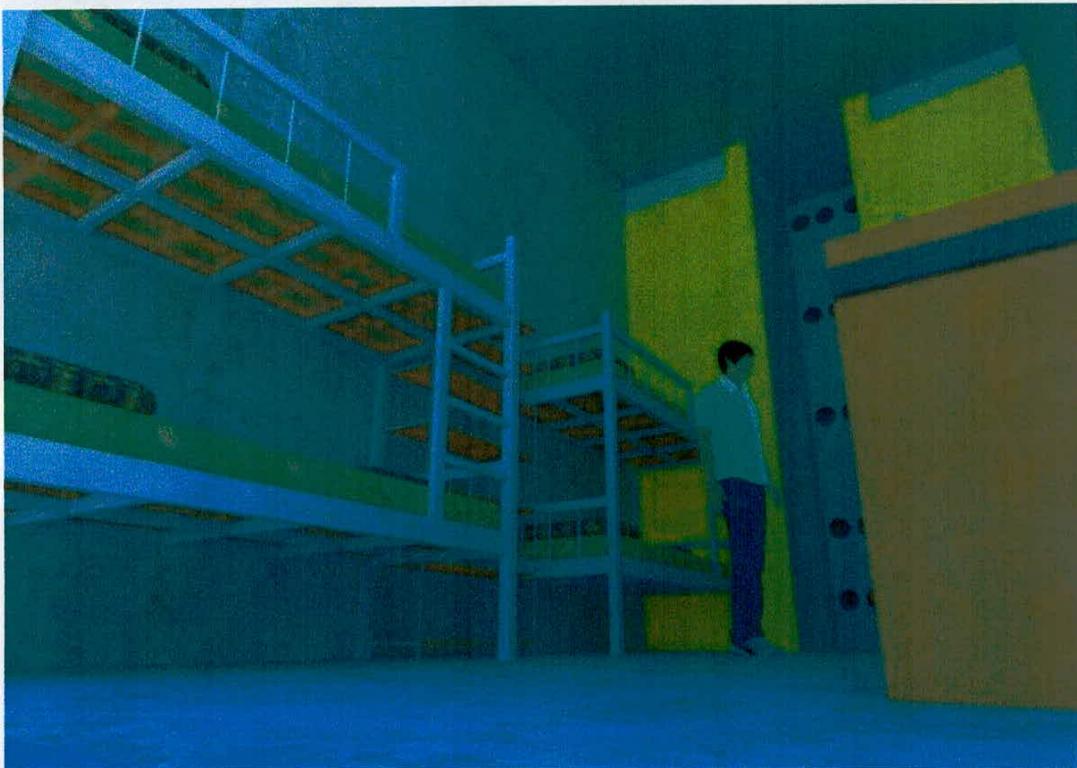
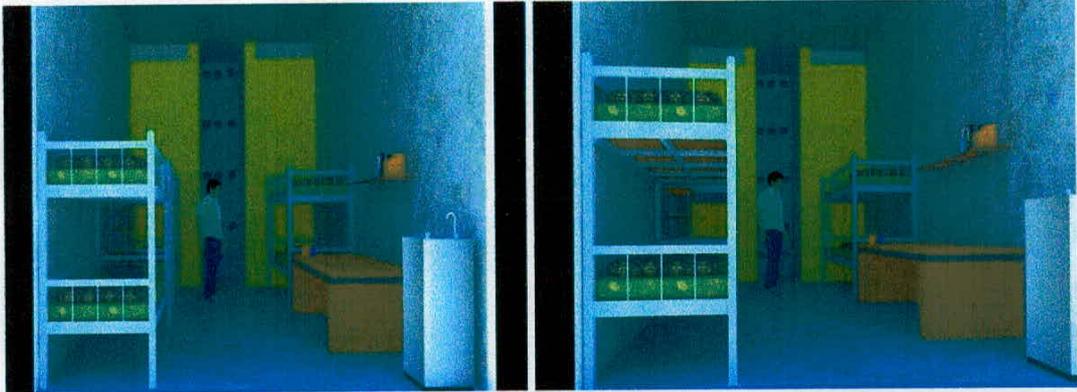


Perspectivas





Celas





Biblioteca

